



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VALÉRIA LIMA MENDES

**INFÂNCIA E SEXUALIDADE:
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS IMPACTOS DA
VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA ESCOLAR E NA
APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS VÍTIMAS**

TOCANTINÓPOLIS /TO
2021

Valéria Lima Mendes

**INFÂNCIA E SEXUALIDADE:
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS IMPACTOS DA
VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA ESCOLAR E NA
APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS VÍTIMAS**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Pedagogo e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janaína Ribeiro de Rezende

TOCANTINÓPOLIS /TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B214 Mendes, Valéria Lima

Infância E Sexualidade: Pesquisa Bibliográfica Sobre Os Impactos Da Violência Sexual Na Vida Escolar e na Aprendizagem de Crianças Vítimas
Valéria Lima Mendes - Tocantinópolis- TO, 2021.

Monografia graduação- Universidade Federal do Tocantins-
Campus Universitário de Tocantinópolis – Curso de
Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janaína Ribeiro de Rezende

1. Educação Sexual. 2. Aprendizagem 3. Sexualidade Infantil.
4. Violência sexual infantil.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

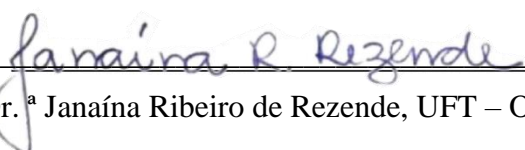
Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

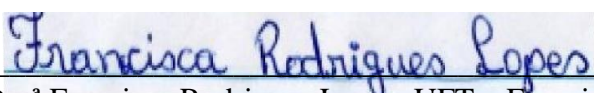
**INFÂNCIA E SEXUALIDADE:
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS IMPACTOS DA
VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA ESCOLAR E NA
APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS VÍTIMAS**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia
para obtenção do título de Pedagogo e aprovada em sua
forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora


Prof.^a Dr.^a Janaína Ribeiro de Rezende, UFT – Orientadora


Prof.^a Dr.^a Francisca Rodrigues Lopes, UFT – Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, obrigada a meu Deus, que me permitiu chegar até aqui, durante toda essa jornada acadêmica e por me permitir concluir este trabalho. Toda honra seja a meu Deus.

Agradeço a todos os meus familiares pelo apoio, por cada palavra de inspiração que me deram e a compreensão que cada um teve comigo.

Agradecimento especial a meus pais. É com muita alegria que eu quero agradecer-los por cada palavra de incentivo e motivação que me fizeram chegar até aqui. Meus pais obrigada pela luta, pois sei que foi muito grande para nos criar, para que pudéssemos estudar, obrigada por tudo.

Meu querido filho Daniel, essa é uma conquista da mamãe para você também.

Obrigada, meu esposo, por estar ao meu lado nesta caminhada, por sua paciência e dedicação.

Obrigada a minhas queridas as irmãs Vanessa, Sara e Marta, pelas palavras de apoio, que cada uma me deu, por me ajudarem em momentos que precisei de cada uma de vocês para realização desse trabalho.

Quero deixar os meus agradecimentos aos meus colegas acadêmicos que colaboraram para que eu chegasse até este momento, com apoio, com sugestões. Não poderia deixar vocês de fora, Joyce, Felipe, Eliomaik, Marcelo, Edilaine e Dolores. Quero agradecer cada um de vocês pelos momentos que passamos juntos, que contribuíram muito para a minha formação. Obrigada a todos.

À Universidade Federal do Tocantins, a cada um dos professores que contribuíram para minha formação, só tenho o que agradecer pelo conhecimento que foi construído durante esta jornada.

A minha orientadora, agradeço pela paciência, compreensão, comprometimento, dedicação e carinho pela colaboração na realização desse trabalho.

Só tenho o que agradecer a todos e a todas muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como elementos verificar como o tema dos impactos da violência sexual na vida escolar de crianças vítimas é tratado na literatura científica. O objetivo geral deste trabalho foi compreender como as pesquisas abordam os impactos da violência sexual na vida escolar e na aprendizagem de crianças vítimas, em publicações científicas em periódicos acadêmicos, em trabalhos de conclusão curso, dissertações e nos documentos governamentais. A estratégia metodológica adotada foi a pesquisa quantitativa e qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental. Assumimos como direcionamento teórico as contribuições de Freud (2002), Ribeiro (2017), Camargo e Ribeiro (1998), Brino e Williams (2008), Amazarray e Koller (1998), Dell'aglio (2008), Rodrigues (2017), Nedeff (2001). A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida através do levantamento de artigos, livros e teses e dissertações nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)* e do *Google Scholar (Google Acadêmico)*. A análise documental foi desenvolvida da mesma forma, com informações sobre os aspectos legais, os dados oficiais, as formas de prevenção, proteção e o que fazer em caso de violência sexual infantil. Essa etapa teve como finalidade examinar documentos da legislação sobre a violência sexual na infância. A primeira busca da pesquisa nas bases de dados científicas, a partir das palavras-chaves: infância e sexualidade, sexualidade infantil, abuso sexual, violência sexual infantil, que localizado 972 artigos. Após a primeira seleção de trabalhos, foram eliminados 486 estudos que não estavam escritos em língua portuguesa. Em um segundo momento, realizamos a leituras dos resumos do material selecionado e excluímos 380 artigos que não tratavam do tema da pesquisa. Então, verificado os 106 artigos restantes por completo, a fim de conhecer as pesquisas realizadas. Após esse estudo mais detalhado, foram excluídos 73 artigos tratavam da violência, mas não tinham relação com o tema abordado nessa pesquisa. Assim, foram escolhidas 33 publicações, que abordavam tema como sexualidade, educação sexual, violências sexuais e impactos na aprendizagem desse trabalho. Os trabalhos selecionados foram duas dissertações de mestrado e 31 artigos publicados em 27 periódicos de publicações em várias áreas de conhecimentos, sendo dez publicações em revistas de Psicologia, oito de Enfermagem, sete de Educação, três de Saúde, uma de Pediatria e uma de Serviço Social. As publicações selecionadas envolveram 80 autores, de diferentes instituições, a maioria, universidades públicas. No entanto, observamos que os impactos da violência na aprendizagem das crianças vítimas ainda é um tema pouco abordado nas pesquisas, mesmo na área da educação, o que pode explicar as dificuldades enfrentadas pelos professores para lidar com essa questão, muito frequente em nossa sociedade por vários fatores sociais.

Palavras-chaves: Educação Sexual. Aprendizagem. Sexualidade Infantil. Violência Sexual Infantil.

ABSTRACT

The present course conclusion work has as elements to verify how the theme of the impacts of sexual violence in the school life of child victims is treated in the scientific literature. The general objective of this work was to understand how research addresses the impacts of sexual violence on school life and on the learning of child victims, in scientific publications in academic journals, in course conclusion papers, dissertations and in government documents. bibliographic and documental analysis. We assume as theoretical guidance the contributions of Freud (2002), Ribeiro (2017), Camargo and Ribeiro (1998), Brino and Williams (2008), Amazarray and Koller (1998), Dell'aglio (2008), Rodrigues (2017), Nedeff (2001). The bibliographic research was carried out through the survey of articles, books, theses and dissertations in the Scientific Electronic Library Online (SCIELO) and Google Scholar (Google Academic) databases. The document analysis was carried out in the same way, with information on legal aspects, official data, forms of prevention, protection and what to do in case of child sexual violence. This stage aimed to examine documents from the legislation on sexual violence in children. The first search of the research in scientific databases, using the keywords: childhood and sexuality, child sexuality, sexual abuse, child sexual violence, which located 972 articles. After the first selection of works, 486 studies that were not written in Portuguese were eliminated. In a second moment, we read the abstracts of the selected material and excluded 380 articles that did not address the research topic. Then, we read the remaining 106 articles in full, in order to know the research carried out. After this more detailed study, 73 articles dealing with violence were excluded, but were not related to the topic addressed in this research. Thus, 33 publications were chosen, which addressed topics such as sexuality, sexual education, sexual violence and impacts on learning in this work. The selected works were two master's dissertations and 31 articles published in 27 journals of publications in various areas of knowledge, ten publications in Psychology journals, eight in Nursing, seven in Education, three in Health, one in Pediatrics and one in Service Social. The selected publications involved 80 authors from different institutions, most of them public universities. However, we note that the impacts of violence on the learning of child victims is still a topic little discussed in research, even in the area of education, which may explain the difficulties faced by teachers in dealing with this issue, which is very common in our society. various social factors.

Key-words: Sex Education. Learning. Child Sexuality. Child Sexual Violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome

BNCC - Base Nacional comum curricular

BO - Boletim de Ocorrência

CREAS - Centros de Referência Especializado de Assistência Social

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

DST - Doenças sexualmente transmissível

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IML - Instituto Médico Legal

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN - Parâmetros curriculares nacionais

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência

SINAN- Sistema de Informação de Agravos

VIVA - Sistema de Vigilância Violências e acidentes

UFT - Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. AS CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE INFANTIL	19
2.1. VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL.....	22
3. OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	24
3.1. EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA.....	25
4. PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E OS IMPACTOS NA VIDA ESCOLAR DE CRIANÇAS VÍTIMAS	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES	45

1. INTRODUÇÃO

O interesse por pesquisar a temática surgiu de uma inquietação pessoal, em compreender melhor como se dá o processo de ensino de crianças vítimas de violência sexual é fundamental para ajudá-las a enfrentar esse problema. Sendo uma violência que é muito frequente em nossa sociedade.

Deste modo, buscamos verificar como esse tema é tratado na literatura científica, a fim de identificar quais estão sendo os possíveis impactos que as crianças que foram sexualmente abusadas terão no seu processo de desenvolvimento e de ensino, além de como os profissionais da educação estão se atentando para a aprendizagem destas crianças. Pois consideramos que crianças e adolescentes vítimas de violência sexual demandam cuidados de saúde e atenção para o seu desenvolvimento na escola.

Segundo Amazarray e Koller (1998), fobias e até o transtorno de personalidade múltipla, por exemplo, podem ser consequências do abuso sexual vivido por crianças. O risco também deve ser considerado nas crianças assintomáticas, visto que as consequências do abuso sexual, geralmente, manifestam-se no decorrer do ciclo vital, através dos efeitos em longo prazo. Ou seja, dependendo da idade em que a criança sofreu abuso sexual, pode haver uma diferença em sua aprendizagem e no seu desenvolvimento, em comparação com as crianças que não sofreram este tipo de violência.

Segundo Florentino (2015), o abuso sexual de crianças e adolescentes é uma das categorias de maus-tratos mais frequentes em nossa sociedade, que traz consequências médicas, legais e psicossociais para as vítimas. Nesse sentido, precisamos estudar minuciosamente os efeitos da violência na infância para compreender este processo na vida das crianças.

As marcas do abuso sexual na infância são memorizadas em todos os aspectos humanos das vítimas, como sociais, físicos, sexuais e psíquicos. Apesar disso, existe uma carência de estudos que apontam as consequências do abuso sexual na infância no processo de ensino e aprendizagem das vítimas.

De acordo com Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998), a escola tem como dever criar um ambiente para que a pluralidade de concepções, valores e crenças no que diz respeito à sexualidade possa se manifestar. Ou seja, a instituição de ensino deve desenvolver

no educando o respeito às diferenças do outro. Deste modo, a escola pode ser um local que proporcione aos alunos conhecimentos e reflexões acerca da educação sexual. Assim, educação sexual escolar tem um papel fundamental na formação pedagógica dos educandos, contribuindo para desenvolvimento do conhecimento do próprio corpo e desconstruindo tabus que ainda existem na sociedade.

Embora existam vários locais onde se possa ensinar e dialogar sobre educação sexual, como a família, a igreja etc, as instituições escolares são os espaços mais apropriados para tirar dúvidas acerca da sexualidade. Pois, segundo, Maia e Ribeiro (2011), a escola precisa não apenas orientar, ensinar, informar, mas, também, discutir, refletir e questionar as concepções sobre o tema, de maneira a possibilitar que cada indivíduo tenha uma compreensão dos aspectos culturais, históricos e éticos que fundamentam a sexualidade e a prática sexual.

Desta forma, a escola deve ser um espaço que garanta o ensino e a aprendizagem de vários aspectos humanos, dentre eles, o da sexualidade, visto que essa é uma dimensão que se desenvolve por toda a vida, onde os estudantes podem compreender seus valores sociais, culturais e individuais. Ou seja, a instituição de ensino deve contribuir para que o educando tenha conhecimento sobre o próprio corpo, aprenda a cuidar da sua própria saúde e do seu bem-estar.

O debate sobre sexualidade na sala de aula, intencionalizado por professores, com base nos conhecimentos científicos, pode auxiliar os estudantes a identificarem possíveis situações de assédio ou abuso sexual. Em alguns casos, abordar esse tema na escola pode criar espaços de diálogo para que vítimas informem para o professor que já sofreu ou está sofrendo violência sexual. De acordo com Brino e Williams (2008), como as crianças e adolescentes passam mais de quatro horas por dia na escola e são acompanhados por professores durante todo o ano letivo, o docente pode perceber mudanças de comportamento, que indiquem que a criança ou adolescente está sendo vítima de violência sexual.

Nesse contexto, esta pesquisa teve como foco prioritário o entendimento da relação entre infância e sexualidade, em busca de debater o processo de aprendizagem de crianças vítimas de violência sexual, o que pode ajudar a desconstruir certos tabus que ainda existem em torno desse tema. Essa questão, muitas vezes, é silenciada por pais e professores, o que dificulta a compreensão dos impactos negativos da violência no processo de aprendizagem de crianças vítimas.

A motivação para escolher esse tema foi fruto da disciplina “Psicologia do Desenvolvimento” no curso de Pedagogia da UFT, Campus de Tocantinópolis, no qual tivemos contato com a discussão sobre a aprendizagem de crianças vítimas de abuso sexual. A partir disso, surgiu o interesse para compreender esta temática e a sua importância, que somado a uma inquietação pessoal, motivou-nos a pesquisar e problematizar sobre o assunto, a fim de compreender melhor o processo de ensino dessas crianças, que é um aspecto importante no desenvolvimento infantil saudável.

Segundo Camargo e Ribeiro (1999), frequentemente, em nossa sociedade, a sexualidade de crianças e adolescentes ainda é vista como um assunto proibido. Tema que tem causado grande polêmica, uma vez que há divergências sobre como enfrentar essa questão. Há grupos que acreditam que essa discussão não seja de responsabilidade do sistema educativo, mas, sim, das famílias. Porém, outras concepções defendem que a sexualidade é uma dimensão humana, que necessita de orientações apropriadas para que possa se desenvolver de forma saudável. Desta maneira, a escola é importante para proporcionar ao educando uma compreensão sobre essa dimensão da vida, o que pode contribuir na sua formação.

A escola é um lugar que pode colaborar para desconstruir preconceitos que ainda existem quando se trata do tema de sexualidade, sendo capaz de transformação na vida do aluno. Pois, a escola pode partir dos conhecimentos que o estudante já tem e, por meio de planejamentos e intencionalidade pedagógicos, promover o estudo, a orientação e um maior acesso à informação, o que torna o educando mais capaz de compreender e vivenciar sua sexualidade de maneira mais consciente e responsável, de acordo com a sua fase da vida.

É importante ressaltar que educação sexual na escola pode contribuir na formação das crianças para compreender os seus direitos e a identificar a violência sexual, que, na maioria das vezes, acontece no ambiente doméstico. Segundo Brino e Williams (2008), as vítimas têm muitas dificuldades para revelar a violência pois, na sua grande maioria, acontece no meio familiar. Deste modo, as informações e orientações oferecidas nas aulas podem ajudar as crianças a identificar e comunicar situações de violência para familiares e para professores de confiança, sendo que tais adultos podem orientar, buscar ajuda e tomar as medidas cabíveis para casos de violência.

A maioria dos casos de violência sexual na infância acontece na casa da vítima, sendo cometida por familiares ou pessoas próximas à família. Assim, a escola pode ser um espaço privilegiado para abordar o tema, garantindo que as crianças e os adolescentes possam se proteger e combater esse tipo de violência.

Para tentar compreender melhor o tema e debater o papel da escola nesse sentido, este trabalho, portanto, possui como objetivo principal: Compreender como as pesquisas abordam os impactos da violência sexual na vida escolar e na aprendizagem de crianças vítimas, em publicações científicas em periódicos acadêmicos, em trabalhos de conclusão curso, dissertações e nos documentos governamentais.

A fim de desenvolver a pesquisa, temos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar na literatura científica as concepções a respeito da relação entre infância e sexualidade.
- Compreender e divulgar a caracterização, as formas de prevenção e de proteção, bem como o que fazer em caso de violência sexual infantil nos documentos oficiais e publicações governamentais.
- Fazer um levantamento e analisar as publicações sobre o tema da violência sexual infantil e os impactos na vida escolar de crianças vítimas, em plataformas de dados científicas, a fim de identificar o campo teórico na área.

A estratégia metodológica adotada foi a pesquisa quantitativa e qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental. Para tanto, procuramos selecionar pesquisas e documentos que discutem a sexualidade infantil e que buscam compreender os impactos da violência sexual na vida escolar e no processo de aprendizagem de crianças vítimas.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida através do levantamento de artigos, livros e teses e dissertações nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *Google Scholar* (*Google Acadêmico*). Este processo foi fundamental para a pesquisa, pois possibilitou a fundamentação teórica acerca do tema proposto, bem como garantiu o contato com os estudos recentes da área.

Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica busca informações a partir do conhecimento e contribuições de outros autores sobre o tema estudado, fundamentando a pesquisa. A análise documental foi desenvolvida da mesma forma, com informações sobre os aspectos legais, os dados oficiais, as formas de prevenção, proteção e o que fazer em caso de violência sexual infantil. Essa etapa teve como finalidade examinar documentos da legislação sobre a violência sexual na infância no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), *Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas* (BRASIL, 2018), *Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde*

(BRASIL, 2008), Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências (BRASIL, 2010), para caracterizar a violência sexual infantil e contribuir na divulgação das formas de enfrentamento e combate a essa forma de violência (BRASIL, 2010).

Deste modo, esta pesquisa foi realizada com base no estudo de livros, artigos, monografias, dissertações e teses, bem como boletim epidemiológico, parâmetros curriculares nacionais – PCN e outros documentos oficiais. Os principais autores que orientaram teoricamente o desenvolvimento da pesquisa foram Freud, Ribeiro, Camargo, Koller, Williams, Dell’aglio, Santos, Rodrigues, Nedeff, Magalhães, Souto entre outros.

No levantamento de artigos publicados em revistas eletrônicas e na biblioteca do campus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins, foram utilizadas as seguintes palavras-chave acerca do tema proposto: “infância e sexualidade”; “Educação sexual”; “violência sexual infantil”; “abuso sexual”; “violência infantil”; “violência contra a criança e adolescente” e “consequência da violência sexual infantil”.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: Seção 2 “As Concepções de Sexualidade Infantil”, em que é apresentada a concepção teórica sobre sexualidade infantil e sua relação com a “A Violência Sexual Infantil”, caracterizamos a violência sexual e discutimos os direitos da criança e adolescente. Seção 3 Educação sexual., intitulado Já na Seção 4 “Pesquisas Acadêmicas Sobre Violência Sexual Infantil E Os Impactos Na Vida Escolar De Crianças Vítimas”, apresentamos o resultado da pesquisa bibliográfica sobre a violência sexual infantil e os impactos na vida escolar de crianças vítimas em pesquisas acadêmicas. Na sequência, estão as Considerações Finais, em que reforçamos as principais questões levantadas no desenvolvimento da pesquisa, seguida pelas Referências e pelos Apêndices.

2. AS CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE INFANTIL

Tratar do tema da sexualidade infantil nos leva a pensar nas grandes contribuições que Sigmund Freud trouxe para a área, sendo um grande avanço para a compreensão dessa dimensão da vida. Durante muito tempo, acreditava-se que a criança não tinha pulsão sexual, que esse aspecto seria inexistente na infância, e que essa dimensão só se desenvolveria após a puberdade.

No entanto, de acordo com Freud (2002), esse não é apenas um erro qualquer, e, sim, um equívoco de graves consequências, pois é responsável por nossa ignorância sobre as condições básicas da vida sexual até hoje. Para ele, as pulsões sexuais existem desde o nascimento, estão presentes na infância e perpassam por toda a vida até a morte.

A sexualidade proposta por Freud é uma sexualidade ampliada e radicalmente diferente da concepção naturalista predominante no final do século XIX, quando a normalidade sexual era definida pela sexualidade adulta e a consumação do ato sexual referida a fins de reprodução. A masturbação infantil, a simples busca do prazer sexual, ou ainda a impossibilidade do ato sexual (como em alguns casos de impotência) eram consideradas condutas anormais (perversas) ou sinais de degenerescência. (ZORNIG, 2008, p. 74)

A negação da sexualidade na infância reforça a crença de que ela só existia na vida adulta, com o objetivo de reprodução humana. Essa visão limitada entende que as masturbações infantis não são um ato que busca a satisfação e o prazer sexual, mas ações incomuns, vistas como algo pecaminoso diante da sociedade. Freud, no início do século XX, foi um dos primeiros estudiosos a reconhecer a existência da sexualidade infantil, desenvolvendo as concepções da teoria psicanalítica.

Freud (2002) ressalta diversos aspectos da sexualidade, concepção que contrariaram as ideias de sua época. Ao defender que a função sexual existe desde o nascimento e não só a partir da puberdade, Freud compreende a sexualidade de forma mais ampla, relacionada à energia vital. Assim, alguns comportamentos podem ser compreendidos como de cunho sexual, mas sua origem está relacionada à sobrevivência do indivíduo.

Dessa forma, a sexualidade se desenvolve durante a infância para chegar à maturidade a partir da adolescência, continuando ao longo de toda vida, e se expressa pela busca pelo prazer, relacionada com a libido, a energia dos impulsos sexuais. Sendo assim, Freud (2002 *Apud* CARVALHO, 2007) defende que o processo de desenvolvimento psicosssexual, que tem início nos primeiros anos de vida do indivíduo, baseia-se na busca pelo prazer no corpo e está ligada aos comportamentos de sobrevivência.

Dessa maneira, Freud (2002 *Apud* CARVALHO, 2007) destaca particularidades no desenvolvimento da sexualidade infantil, que podem ser classificadas pelas zonas erógenas, cuja estimulação provoca sensações de prazer. De acordo com Camargo e Ribeiro (1999), a teoria freudiana destaca que as zonas erógenas caracterizam as fases do desenvolvimento sexual infantil, que são: fase oral, fase anal, fase fálica, período de latência e fase genital, sendo que as primeiras fases ocorrem na infância e a última na adolescência e na vida adulta.

Na fase oral, que ocorre do nascimento até por volta de um ano de idade, a zona erógena é a boca e o ato de sugar pode ser entendido como exemplo da manifestação sexual infantil. Todo bebê, que nasce saudável, apresenta a capacidade inata de sugar, que possibilita que ele seja capaz de mamar para a sua sobrevivência e, conseqüentemente, a estimulação da mucosa oral gera saciedade da fome e prazer na criança.

De acordo com Freud, o bebê encontra satisfação através da sucção rítmica de alguma parte da pele ou da mucosa. Ao mamar e ter sua fome saciada, são oferecidas a ele as primeiras experiências de prazer, que precisam ser reforçadas para renovar o desejo.

Diríamos que os lábios da criança comportaram-se como uma zona erógena, e a estimulação pelo fluxo cálido de leite foi sem dúvida a origem da sensação prazerosa. A princípio, a satisfação da zona erógena deve ter-se associado com a necessidade de alimento. A atividade sexual apoia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas. (FREUD, 2002, p. 59-60).

Deste modo, a boca, entendida como zona erógena, está relacionada à necessidade de absorção do alimento, para a própria sobrevivência do sujeito. Além disso, a amamentação e, portanto, o estímulo da mucosa oral, possibilita ao bebê uma proximidade com a mãe. De acordo com Carvalho (2007), o contato da mãe com seu filho desperta nele as primeiras manifestações de prazer, que associa a necessidade obtenção do alimento para a sobrevivência com o prazer sexual, obtido pelo acolhimento materno.

Na **fase oral**, a aproximação do recém-nascido com os pais, principalmente com a mãe, provoca as primeiras manifestações de sexualidade infantil, experiências de prazer, além do interesse do bebê pelo conhecimento do próprio corpo. Segundo Nedeff (2001), a relação entre pais e filhos, através de carinhos, abraços e afagos, materializa a ligação física entre eles, que pode ser observada em outras formas de cuidado, como na amamentação, na troca de roupa, no dar banho etc.

Nessa etapa, quando a criança segura um objeto, tende a levá-lo à boca, sendo que esse estímulo da zona oral gera prazer sexual. Por isso que algumas crianças só conseguem dormir com a chupeta na boca, pois isso provoca uma sensação de prazer, que proporciona à criança

calma e tranquilidade. Deste modo, na fase oral, os pais e professores devem ter cuidado para que o bebê não ingira os objetos que são levados à boca.

Na próxima fase do desenvolvimento prevista por Freud, a **fase anal**, que a criança vivencia entre um e três anos de idade, a busca pelo prazer sexual está associada ao ânus. Neste estágio, a criança passa a ter o controle dos esfíncteres e obtém prazer em controlar as fezes ou a urina. Segundo Carvalho (2007), o controle das necessidades se torna uma fonte de satisfação. Ou seja, está relacionada ao domínio da capacidade de controlar as necessidades fisiológicas, permitindo que a criança crie algo para depois eliminar. Neste período, a criança identifica que produz algo do próprio corpo e, em alguns casos, ela deseja mostrar essa produção para a família, já que obtém satisfação na eliminação da urina e das fezes.

No entanto, é um momento em que a criança precisa ser orientada sobre como deve lidar com as suas necessidades fisiológicas. Caso haja algum problema no desenvolvimento dessa fase, dificuldades podem acompanhá-la durante toda a vida. Segundo Sousa (2013), problemas na fase anal podem levar a: prisão de ventre ou intestino solto, dificuldade no controle da agressividade, raiva, entre outras questões. Quando a criança é incentivada, tem boas experiências nos momentos de afeição, recebe elogios, ela pode se desenvolver de forma mais saudável, o que aumenta as chances de ela desfrutar do bem-estar e prazer na vida no seu futuro.

Já na **fase fálica**, período seguinte da fase anal, a criança tem entre 3 e 5 anos de idade, quando acontece o descobrimento dos órgãos sexuais dos meninos e meninas. Nestes momentos, as crianças percebem a diferença das genitálias, identificam que os meninos têm pênis e as meninas têm vagina. É uma etapa em que as crianças começam a manipular seus órgãos genitais, que descobrem que ao tocar nestas zonas obtém prazer.

Deste modo, nesse período, inicia a curiosidade sobre o corpo do outro, buscando compreender o porquê de os meninos terem pênis e as meninas não o terem, além disso, as crianças vivenciam o Complexo de Édipo. Segundo Carvalho (2007), o Complexo de Édipo tem uma função essencial na formação da personalidade e na orientação dos desejos humanos, ou seja, tem um papel no desenvolvimento sexual do indivíduo. Em geral, a criança do sexo masculino passa a desenvolver uma fixação pela mãe, identificando o pai como um forte adversário e, por ser um rival resistente, imagina que o pai vai castrá-lo.

[...] O menino sente um desejo possessivo por sua mãe, e naturalmente vê o pai como um rival, criando assim o que Freud denomina *Ansiedade de castração*, isto é, o menino imagina que seu pai, por ser mais forte, possa atentar contra seu pênis, castrando-o.[...] Já o processo com as meninas, se dá de forma diferenciada, porém ela acredita à mãe a causa de sua castração e posteriormente sente-se mais próxima de seu pai, porém, um sentimento de inveja a toma, uma vez que não possuirá um pênis como o genitor. Tem-se aí

a ansiedade de castração feminina, denominada *Inveja do pênis* (SOUSA, 2013, p. 4).

Ao final dessa fase, o menino tem uma imagem de que o seu pai é um concorrente, que pode castrá-lo, por medo da castração, passa a reprimir o desejo pela mãe e começa a se identificar com o pai, que tem órgãos genitais semelhantes aos seus. Assim, ele deixa de ver o pai como uma ameaça de obtenção da atenção da sua mãe e começa a desenvolver sentimento de amizade e ligação com o pai.

Já na menina, este processo acontece de forma diferente. Ela pressupõe que sua mãe foi responsável pela sua castração, por isso que ela não tem um pênis. A menina tem o desejo de ter o órgão masculino e por achar que já foi castrada pela mãe, aproxima-se mais do pai. Por isso, a menina não desenvolve o Complexo de Édipo. A garota acaba descobrindo que não terá o pênis e que seu corpo é semelhante ao da mãe. Essa identificação com a mãe representa a superação dessa fase do desenvolvimento sexual infantil.

Após a fase fálica, começa o período de latência, que vai dos 5 anos à puberdade, quando o processo de desenvolvimento sexual é reduzido. É uma etapa em que o indivíduo busca reprimir os seus desejos sexuais, que continuam existindo. Neste período, a criança reconhece o amor dos pais e tem uma proximidade com eles. A energia da criança está centralizada no desenvolvimento das atividades sociais e intelectuais, como o processo de aprendizagem, a prática de esportes, a criação de relações de amizades.

A última **fase, a genital**, que tende a ocorrer a partir do início da puberdade, é um momento de grandes alterações corporais e biológicas no sujeito. Desta forma, é quando o indivíduo começa a desenvolver a maturidade física de um ser humano adulto. Ou seja, é um estágio em que o processo de desenvolvimento sexual passa a estar direcionado para a forma adulta da vida sexual do indivíduo, sendo que o desejo passa a ser investido no outro, não mais no próprio corpo, como as fases anteriores. Além disso, a energia sexual passa a estar concentrada nos órgãos genitais. Somente a partir dessa fase, o indivíduo está fisicamente desenvolvido para a prática do ato sexual com a perspectiva de reprodução.

De acordo com a teoria freudiana, essas fases são constitutivas do desenvolvimento do indivíduo. Assim, pais e professores devem ter conhecimento desses períodos para compreender a sexualidade infantil e a criança. São momentos que devem ser observados para que adultos não julguem determinadas ações ou reprimam certos comportamentos, mas busquem proporcionar condições educativas para orientar a criança para um desenvolvimento saudável.

Neste sentido, para Belarmino (2011), os períodos ou fases da sexualidade infantil são essenciais ao desenvolvimento do indivíduo e, dependendo da forma que eles são vivenciados, essa pessoa pode ter problemas ou dificuldades na vida adulta. As crianças bem orientadas neste processo de crescimento têm mais chances de se tornarem indivíduos capazes de compreender seu próprio corpo. Caso a criança ou o adolescente não tenha uma formação sobre essa dimensão da vida pode se tornar um adulto frustrado.

Por ser uma dimensão que faz parte da vida, é importante respeitar o desenvolvimento sexual do indivíduo. Porém, a violência sexual na infância é frequente na nossa sociedade e pode causar muitos problemas para a saúde física e mental das vítimas. Esse assunto será melhor discutido na seção seguinte.

3. A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno mundial, existente em toda a sociedade, independente de classe social, sexo, raça ou cor, que gera grandes consequências na vida das vítimas e da sociedade. Segundo Souza et al (2018, p. 366), “esse tipo de violência atinge frequentemente crianças e adolescentes, especialmente do sexo feminino, devido às desigualdades nas relações de gênero e aos valores patriarcais da sociedade, bem como a dominação dos mais velhos sobre os mais novos”.

Na nossa sociedade é considerado normal que uma pessoa mais velha tenha a responsabilidade sobre o mais novo. No entanto, relações baseadas no machismo favorecem que haja casos em que a criança e o adolescente fiquem sob a proteção de quem vai violar os seus direitos.

Segundo o Relatório do Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018), a violência sexual, que também se expressa no abuso sexual é uma das formas de desrespeito aos direitos da criança e do adolescente, uma vez que esses sujeitos estão em processo de formação. De acordo com o ECA (BRASIL, 1990), é dever do Estado e da família garantir que os seus direitos sejam respeitados, uma vez que casos de violação dos direitos das crianças e adolescentes podem desencadear complicações irreversíveis na trajetória da vítima.

Os impactos da violência sexual na vida da vítima são devastadores, as consequências podem ser tanto físicas, como mentais, atingindo meninas e meninos. Uma pesquisa publicada no relatório do Disque Direito Humanos (BRASIL, 2019), realizada nos municípios do Brasil sobre a violência sexual infantil, aponta que a violência contra crianças é muito frequente no país. E indicou que meninas são vítimas em 56% dos casos de violência sexual infantil registrados e as vítimas são meninos nos outros 44%. Sendo assim, percebemos que esse tipo de violência acontece tanto com crianças e adolescentes do sexo masculino, como no feminino, embora as principais vítimas sejam meninas e adolescentes mulheres, por conta das questões de gênero.

Apesar de a violência sexual infantil ser muito frequente no país, esse é um tema pouco abordado, que, muitas vezes, gera desconforto e constrangimento ao ser discutido. Esse é um assunto que deveria ser mais debatido, já que, atualmente, há tantos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes. As crianças, os adolescentes e a sociedade, em geral, precisam conhecer a respeito deste tipo de violência, do que é, de como a evitar e o que fazer frente a esses casos.

O Abuso Sexual Infantil é definido como o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual inapropriada com um adulto, sendo que a atividade sexual é destinada à gratificação sexual desta outra pessoa. Pode variar desde atos em que não exista contato sexual (voyeurismo, exibicionismo), até diferentes atos com contato sexual sem penetração (toques, carícias, masturbação) ou com penetração (vaginal, anal e oral). Estas práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou ao adolescente pela força física, ameaças ou indução de sua vontade (BORGES; DELL'AGLIO, 2008, p. 1-2)

Ressaltamos que o abuso sexual infantil é uma violência em que o adulto envolve a criança ou adolescente, através de carícias em regiões íntimas do corpo, voyeurismo, manipulação nos órgãos genitais da vítima e, para caracterizá-lo, não precisa haver a penetração sexual. Em muitos casos, para manter esse tipo de violência, o agressor usa de ameaças ou de chantagem emocional, como formas de silenciar a vítima. Essa violência, na maioria das vezes, faz com que a criança ou adolescente agredido desenvolva traumas que podem durar por toda a sua vida.

O abuso sexual, na maioria dos casos, acontece no meio familiar ou é cometido por pessoas bem próximas do círculo da família e as vítimas são expostas também a violência física e psicológica. As consequências disso podem ser gravidez, baixo desempenho escolar, mudança de comportamento, isolamento, medo, agressividade, depressão, além de expor as vítimas ao risco de contágio de doenças sexualmente transmissível. Segundo Borges e Dell'aglio (2008), existe uma diversidade de sintomas clínicos que podem ser resultantes do abuso sexual infantil, podendo haver sequelas cognitivas, sociais, emocionais, físicas e comportamentais.

A violência sexual existe em toda sociedade, independente das condições socioeconômicas, culturais ou religiosas. Nesse sentido, para enfrentar essa situação, é importante que a criança tenha conhecimento sobre sexualidade, para conseguir identificar situações de violência e procurar ajuda caso se sinta ameaçada. O abuso sexual é um jogo de relação desigual, em que a criança ou adolescente está em uma condição de vulnerabilidade.

De acordo com Florentino (2015), o abuso sexual pode ocorrer no ambiente intrafamiliar ou no âmbito extrafamiliar da vítima. A violência sexual intrafamiliar também é conhecida como incesto, em nossa sociedade. Conforme relatório publicado pelo Disque Direitos Humanos (BRASIL, 2019), esse tipo de violência sexual intrafamiliar acontece em mais de 66% dos casos denunciados, ou seja, na maioria das vezes, o agressor é alguém do ambiente familiar da vítima, pessoas que deveriam transmitir segurança e proteger a criança. Já o abuso sexual extrafamiliar acontece fora do âmbito da família, cometido por pessoas que não possuem grau de parentesco, podendo ser um amigo, vizinho, padre, pastor, cuidador da criança,

educador etc. Na grande maioria dos casos, o agressor envolve a vítima em uma relação de dominação emocional, por meio de estratégias de sedução ou ameaças de agressões.

Ainda de acordo com o mesmo relatório (BRASIL, 2019), esse tipo de violação contra crianças e adolescentes tende a ocorrer em locais que deveriam ser de segurança, já que em 52% dos casos acontecem na casa das vítimas, 20% em outros ambientes, como escolas, casa de vizinho, igreja e 28% acontecem em outros locais.

Podemos observar que como a maioria dos casos de violência sexual infantil acontece no meio familiar, sendo cometida por agressores que convivem diretamente com a vítima, muitas vezes, eles não são denunciados. O silenciamento e a impunidade favorecem que o agressor continue violentando a vítima. Deste modo, em muitas das vezes, as vítimas são submetidas à violência em silêncio, com medo de que sua família não acredite na sua denúncia e tendo que conviver diretamente com o agressor.

De acordo com Malaquias (2013), se a violência não for interrompida, as consequências podem ser danosas, tornando-se um jogo de sedução desigual entre o agressor e vítima, sendo que o agressor estabelece com a vítima uma relação de dominação, que fere a sua liberdade, a sua dignidade e o seu direito à vida. A vítima pode perder a sua autonomia, o que pode resultar, inclusive, na sua morte.

[...] Como consequências não letais da violência de repetição contra mulheres e que geram adoecimento, incluem-se problemas crônicos, tais como dores de cabeça, dor abdominal, infecções vaginais, distúrbios do sono e da alimentação; e doenças de efeito retardado, incluindo artrite, hipertensão, e doenças cardíacas (SOUTO et al, 2017, p. 2915-2916).

As consequências da violência trazem complicações na vida da vítima, como: lesão física e emocional, que estarão presente em toda a trajetória e pode desencadear a tentativa de suicídio e até a morte. Segundo Inoue e Ristum (2008), as consequências da violência sexual infantil na vida da vítima podem ser expressas de diferentes formas, sendo que os sintomas mais comuns são: agressividade, alterações no desenvolvimento cognitivo, precipitação e estresse. Cada vítima passa por um processo diferente e os impactos podem variar desde pequenas sequelas, até vários transtornos mentais. Outro fato que contribui para o nível de comprometimento da saúde das vítimas tem a ver com o grau de convivência da vítima com agressor, a duração e a forma da violência em si.

Deste modo, a escola pode ser um espaço para que esse ciclo de violência seja rompido, ao oferecer informações e orientações às crianças e aos adolescentes sobre seus direitos. Para isso, os educadores devem conhecer os direitos das crianças do adolescente, debater a questão da violência sexual e serem aliados na prevenção e no combate dela. Como o professor convive

com a criança ou o adolescente, pode orientar seus estudantes sobre como reconhecer e o que fazer em casos de violência, bem como observar possíveis indícios de que as crianças estejam sendo vítimas de violência sexual em alterações no comportamento de seus alunos. Além disso, se o educador estabelecer uma relação de confiança com o educando, podem haver diálogos, para que a escola ajude na denúncia de casos de violência, efetivando a garantia de seus direitos.

3.1. Os direitos das crianças e dos adolescentes

A promulgação da Constituição o Federal de 1988 e, dois anos depois, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069 de 13/07/1990, marcam um momento relevante na valorização da infância e da adolescência, com a garantia de uma política de promoção e proteção dos direitos de pessoas com menos de 18 anos. Desta forma, a criança e o adolescente passaram a ser entendidos como sujeitos de direito, sendo que o Estado e a família são os responsáveis por garantir condições para o desenvolvimento pleno e integral dos mesmos.

No Brasil, a partir dos anos 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, foram estabelecidas diferentes formas de promoção, prevenção e proteção dos direitos desse público. E para garanti-los, foram atribuídas a instituições legais a responsabilidade de trabalhar em defesa dos direitos da criança e do adolescente, como o Ministério Público e o Juizado da Vara da Criança e do Adolescente.

De acordo com Constituição Federal (BRASIL, 2015, p. 68), no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Deste modo, a legislação afirma que a proteção das crianças e adolescentes é dever de todos, não só a família ou da sociedade, mas também é uma responsabilidade do Estado, que deve assegurar os direitos essenciais previstos nas políticas e nas leis. A criança e o adolescente devem ter atendimento prioritário nos serviços públicos, como forma de garantir o seu bem-estar e promover o seu desenvolvimento saudável.

De acordo com o Artigo 5º, do ECA (BRASIL, 1990), “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência,

crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”. Assim, podemos perceber como a legislação compreende a importância dos direitos dos indivíduos durante a infância e adolescência.

O Brasil teve muitos avanços no âmbito dos direitos da criança e adolescente. Mas apesar disso, as garantias desses direitos ainda não são efetivas, o que exige muita luta para que as conquistas históricas não sejam perdidas. As necessidades das crianças e dos adolescentes nem sempre são atendidas de forma satisfatória.

Assim, quando os direitos de uma criança ou adolescente estão sendo violados, o conselho tutelar deve ser acionado¹. De acordo com Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (BRASIL, 2009), o conselho tutelar atua para proteger crianças e adolescentes de violações de direitos. Nesse sentido, o conselho tutelar deve atuar em casos de violência sexual, buscando atender as vítimas com respeito, moral e ética. Nesses casos, para que o atendimento não seja mais traumatizante para as vítimas e sua família, é preciso uma equipe de profissionais para orientá-las e acolhê-las.

Segundo Ferreira e Côrtes (2019), quando se identifica casos concretos de violação de direitos das crianças e dos adolescentes, é necessário que profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social, conselhos tutelares e ao Poder Judiciário adotem medidas intersetoriais efetivas de cuidado às vítimas, de modo a oferecer um acompanhamento integral, por meio de profissionais de diversas áreas, com o intuito de ajudar as vítimas a superar esse trauma e, assim, prosseguir com sua vida habitual.

Além de atuar em casos em que o direito já foi violado, é tarefa do conselho agir para a proteção e prevenção das violências, seja de ameaças, omissão, negligência, discriminação, exploração do menor. Sendo assim, a partir de denúncias, este órgão vai averiguar as informações para tomar as medidas cabíveis e assegurar o direito das crianças e adolescentes. Portanto, em caso de denúncias de violações, os responsáveis são notificados e podem ocorrer visitas domiciliares, orientações, entre outros direcionamentos, de acordo com a necessidade.

Segundo orientação da Secretaria de Atenção à Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde (BRASIL, 2010, p. 62), em caso de violência contra crianças e adolescentes:

Para fins de processo legal, diante da existência de marcas da violência física e, especialmente, na violência sexual, é fundamental que os pais façam o

¹ Conselho tutelar é um órgão autônomo, essencial para o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente previsto pelo ECA. Esse órgão, é composto por representantes da sociedade civil e tem como objetivo zelar pelos direitos da criança e adolescente, identificar casos em que eles estão sendo violados e encaminhá-los para as Varas da Infância e da Juventude, o Ministério Público e outros órgãos competentes.

Boletim de Ocorrência (BO) em Delegacia. No caso da ausência dos pais ou se esses forem os suspeitos da agressão, o Conselho Tutelar local assume essa responsabilidade. A partir deste BO a criança ou o adolescente deverá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) para a realização do exame de corpo de delito e a coleta de material, nas situações de violência sexual.

Nesse sentido, em casos de violência sexual infantil, destaca-se a importância de a família notificar as autoridades, para que busquem minimizar os impactos na vida da vítima e protegê-la de novos abusos. Em situações que a família se omite ou não tem condições de denunciar, é responsabilidade do Conselho Tutelar proteger a vítima.

Ainda de acordo com esse mesmo documento (BRASIL, 2010), após a confirmação da violência sexual infantil, o primeiro passo é acolher vítima, o que contribui para que ela e sua família se sintam à vontade para registrar a denúncia. Nesse sentido, os profissionais precisam passar segurança para a vítima, evitando perguntas que possam ser mais traumatizantes ou constrangedoras, além de oferecer condições de privacidade e confiança para a criança e adolescente.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) orienta que o atendimento de criança e adolescente que foram violentadas sexualmente deve ser feito por uma equipe interdisciplinar, que deve contar com profissionais como: assistente social, psicólogo, médico, enfermeiro e pedagogo, entre outros. O acolhimento da vítima e da sua família é um momento relevante para orientação sobre o que fazer e como lidar com essa situação, a fim de oferecer o maior apoio possível à vítima.

É importante ressaltar que a equipe de profissionais deve ser capacitada para o atendimento de crianças e adolescentes, bem como, de suas famílias, vítimas de violência. Os serviços de cuidado e de proteção à vítima de violência em Tocantinópolis são: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Segundo o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (TOCANTINS, 2016), o CRAS busca ofertar proteção aos direitos sociais à família, à comunidade e, em especial, às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Nesse centro são desenvolvidos programas que atendem famílias, trabalhando a prevenção de violação do direito da criança e adolescente, de acordo com cada faixa etária.

O CREAS é uma unidade estatal, responsável pela orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias que tiveram os seus direitos violados. Para isso, envolve um conjunto de profissionais para ofertar apoio e acompanhamento especializado. O principal objetivo é o resgate da família, potencializando sua capacidade de proteção aos seus membros.

A equipe do CREAS é constituída, pelo menos, por psicólogo, pedagogo, assistente social e educador social. Deste modo, esse serviço em Tocantinópolis atende crianças, adolescentes, pessoas idosas, mulheres e qualquer pessoa que tenha sofrido violação de seus direitos ou esteja em cumprimento de medida socioeducativa.

As instituições de ensino podem contribuir para o combate à violência sexual infantil, sendo aliada do Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e outros órgãos públicos. A escola tem um papel fundamental no processo de informação e construção de conhecimento e valores, sendo um espaço em a estudante passa grande parte de seu tempo. Sendo assim, em alguns casos, o professor pode ajudar a identificar se a criança ou adolescente estão tendo os seus direitos violados e solicitar apoio aos órgãos competentes.

Segundo Inoue e Ristum (2008), a literatura brasileira expõe poucos dados sobre a responsabilidade da escola sobre a violência sexual, sendo um espaço de proteção e socialização infanto-juvenil que pode contribuir no reconhecimento de casos de violência. Portanto, para que a escola possa garantir o direito à cidadania e ajudar a combater a violência, é importante que ela assuma sua responsabilidade no combate e prevenção à violência sexual infantil.

Neste contexto, podemos perceber a importância de trabalhar educação sexual nas escolas para possibilitar aos alunos a compreensão da sexualidade, que vai da infância até a velhice. Ou seja, a escola tem função primordial no desenvolvimento do educando, uma vez que a sexualidade está presente em todos os aspectos de nossa vida.

De acordo Camargo e Ribeiro (1999), na educação infantil, como nas séries iniciais do ensino fundamental, a educação sexual constitui processo importante para o desenvolvimento das crianças, por possibilitar a compreensão sobre o respectivo corpo, as diferenças e semelhanças do sexo oposto, bem como para explicar as descobertas dos prazeres e curiosidades sobre esse tema. Os educadores devem responder as perguntas das crianças com informações verdadeiras e não evitar, reprimir ou repreender dúvidas sobre o assunto, como se a sexualidade não existisse no processo desenvolvimento de uma criança.

Portanto, este assunto é de suma importância para que aluno possa compreender e aceitar a sua própria sexualidade. Assim, reprimir, oprimir, ignorar não contribuirá para a formação do aluno. Situações em que as crianças se deparam com a sua sexualidade podem acontecer na sala de aula, então, os educadores têm que saber lidar com a questão para colaborar para o conhecimento do aluno.

3.2. Educação Sexual na Escola

A sexualidade faz parte da vida e sofre influência de aspectos biológicos, sociais e culturais. Atualmente, essa dimensão está exposta a todo instante na mídia e na internet. No entanto, nem sempre, essa exposição garante que a sexualidade humana seja abordada de forma adequada para o desenvolvimento saudável dos indivíduos, pois, algumas vezes, ela aparece de forma estereotipada ou carregada de preconceitos.

A família é parte essencial na promoção do desenvolvimento do indivíduo, sendo um dos primeiros lugares de esclarecimento para a criança ou adolescente sobre a sexualidade. No entanto, a forma de debater esse tema pode se dar de maneira aberta ou não, podendo, algumas vezes, transmitir ao sujeito uma concepção de sexualidade moralista, com tabus e preconceitos, uma vez que cada família tem a sua cultura, valores, crenças e religião.

Deste modo, espaços de socialização para além da família, na sociedade e no ambiente escolar são essenciais para ampliar o diálogo sobre essa temática, contribuindo para a formação e o desenvolvimento das crianças e dos jovens. Ou seja, a educação sexual pode colaborar para orientar o indivíduo sobre suas ações, apresentando possíveis riscos que a falta de informação pode ocasionar para a sua saúde. A família e a escola podem atuar conjuntamente para que o sujeito tenha autonomia e atitudes conscientes de suas ações.

Nesse sentido, é de grande relevância que o ambiente escolar contribua na formação do educando sobre esse tema. Segundo Furlanetto et al (2018), a educação sexual na escola se estabeleceu no início da década de 1980, para tentar diminuir casos de gravidez indesejada na adolescência e prevenir doenças sexualmente transmissíveis (DST), como a AIDS, causada pelo vírus HIV. Dessa maneira, a educação sexual surgiu para orientar os jovens e adolescentes sobre a prática sexual e evitar que eles se exponham a riscos por falta de informação.

Inicialmente, o discurso religioso e moralista era predominante na educação sexual, tendo domínio de uma concepção higienista² da saúde pública. Neste mesmo período, o movimento feminista se fortaleceu, o que, de acordo com Furlanetto et al (2018), foi de grande relevância por abordar o tema da sexualidade para além de seu caráter biológico, permitindo que esse assunto fosse compreendido como relacionado à saúde física e mental das pessoas.

²O movimento higienista surgiu no final do século XIX e início do XX, a fim de promover condições de vida mais saudável e evitar a proliferação de epidemias de doenças no processo de urbanização e industrialização. Porém, essa concepção serviu justificar políticas sociais que discriminavam as populações mais pobres. As ideias higienistas estão presentes no entendimento da educação sexual, quando o foco é o combate às doenças sexualmente transmissíveis, a masturbação, além de reforçar papéis de gênero estereotipados, em que as mulheres eram ensinadas a ser mãe, a esposa a se dedicar exclusivamente a cuidar da saúde da família e educar os filhos.

Este movimento contribuiu na construção de novas propostas de conteúdo, bem como, em uma abordagem de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis.

A partir dos anos 1990, houve a necessidade de desenvolver políticas públicas voltadas para educação sexual no sistema de ensino, entendendo que era dever do Estado garantir este direito para a sociedade. Os defensores dessa concepção compreendiam que a educação sexual na escola era uma ferramenta de prevenção de doenças e conscientização sobre esse tema, assumindo que a sexualidade humana perpassa por todas as faixas etárias da vida. A educação sexual no espaço pedagógico tem como finalidades proporcionar ao aluno o conhecimento, o debate, a problematização, a reflexão sobre a sexualidade individual e coletiva, de forma que o educando possa respeitar a expressão e as manifestações sexuais existentes em nossa sociedade. Ou seja, a escola deve ser um ambiente que possibilite o acesso sistematizado à informação e ao conhecimento, para contribuir na formação de alunos conscientes de seus valores, limites e responsabilidades.

De acordo com Ribeiro e Reis (2020), a instituição de ensino deve trabalhar com os estudantes o exercício da cidadania, o respeito a si e ao outro, a partir da socialização de conhecimentos, informações e orientações sobre a educação sexual. É importante enfatizar que essa concepção entende que a sexualidade não se restringe apenas ao ato sexual ou ao conhecimento sobre os aspectos biológicos, ao sistema reprodutivo e aos órgãos genitais do corpo. É importante considerar que cada indivíduo tem a sua forma de manifestar a sexualidade, que pode se transformar, dependendo do período ou momento da vida.

Alguns marcos legais da educação foram importantes para garantir a educação sexual na escola. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) deu condições para que a reorganização das estruturas pedagógicas na educação básica prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), passassem a incluir temas transversais dentro da sistema educativo, proporcionando ao professor ferramentas que fossem capazes de orientar o seu trabalho e ao mesmo tempo promover aos alunos a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre sexualidade, cidadania, ética e direitos humanos.

De acordo com Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN),

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à

sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros (BRASIL, 1997, p. 28).

A escola tem um papel fundamental na educação sexual do educando, já que pode proporcionar ao estudante um leque de percepções e concepções que existem na sociedade sobre o tema. Ou seja, a instituição pode dialogar sobre sexualidade no ambiente de ensino, possibilitando ao aluno um conhecimento ético, de respeito à própria sexualidade e a do outro. Sendo assim, a escola deve ser um espaço de diversidade cultural e social, que permita o desenvolvimento intelectual da criança e do adolescente, saindo do entendimento da sexualidade com base no senso comum para o conhecimento científico sobre o assunto.

Nos PCN, são apresentados a relevância de trabalhar a educação sexual como tema transversal nos currículos da educação básica, uma vez que esta transversalidade de conteúdos pode contribuir com a formação para a cidadania. Deste modo, a educação sexual contribui com o debate em várias áreas de conhecimentos, como a ética, a saúde, o meio ambiente, o trabalho, o consumo e a pluralidade cultural. Assim, a abordagem desse tema pode colaborar para o desenvolvimento e aprendizagem do educando e deveria estar presente na educação básica.

Atualmente, o documento vigente, que orienta a organização dos conteúdos nas escolas é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), que foi homologada em 2017 para a educação infantil e o ensino fundamental e, em 2018, para o ensino médio. A base é obrigatória e deve nortear os currículos escolares e as propostas pedagógicas dos sistemas de ensino de instituições públicas e privadas em todas as modalidades de ensino da educação básica.

De acordo com a BNCC, a proposição de um currículo comum busca garantir um ensino de qualidade para todos nas redes de escolas nacionais, a fim de assegurar o acesso ao conhecimento e uma formação cidadã. Entretanto, a realidade educacional brasileira é diversificada, o que aumenta o desafio para garantir uma oferta de ensino de qualidade para todos. Sendo que, segundo o documento, a BNCC procura garantir que o estudante entre em contato com temas e conteúdo da contemporaneidade, levantando questões que são relevantes em nossa sociedade, para que o aluno possa compreendê-las de forma transversal.

De acordo com a BNCC, ela tem o objetivo de trabalhar com temas transversais (BRASIL, 2019, p.11):

O objetivo é que estratégias e conteúdos sejam desenvolvidos em todos os níveis de complexidade, cruzando as abordagens de implementação Interdisciplinar, interdisciplinar e Transdisciplinar com as esferas de organização do trabalho pedagógico: Currículos, PPs e Planos de Aula. É esperado que professores e gestores consigam produzir e encontrar material que os ajudem a desenvolver suas atividades.

No entanto, com relação ao trabalho pedagógico sobre sexualidade, este tema não consta no documento como transversal e está previsto para ser abordado estritamente na disciplina de ciências e apenas a partir do 8º ano do ensino fundamental, com base em uma abordagem biológica do tema, tratando sobre doenças sexualmente transmissíveis e sobre reprodução humana. Portanto, a base não ampara o sistema educativo para, por meio da educação sexual, trabalhar conteúdos e informações que ajudem as crianças e os adolescentes a compreenderem a sexualidade com responsabilidade, liberdade, autonomia, conscientes dos valores e da moral.

O processo de aprovação da BNCC foi criticado por setores da sociedade. E alguns estudiosos apontam que no documento final, foram retirados temas relativos à orientação sexual e gênero. Segundo Monteiro e Ribeiro (2020), a abordagem à sexualidade presente na base assumiu uma perspectiva simplesmente biológica, retirando seus aspectos socioculturais. De acordo com os autores, a aprovação da BNCC sofreu grande influência de partidos religiosos conservadores, que não permitiu que a sexualidade fosse considerada na sua complexidade. Deste modo, esse é um grande retrocesso no âmbito educacional, pois limita a formação oferecida às crianças e adolescentes nas escolas sobre o tema.

Além das controvérsias com relação a forma como a educação sexual deve ser feita nas escolas, esse é um trabalho que ainda apresenta outras dificuldades. Mesmo com vários estudos que apontam a importância da educação sexual nas escolas, os professores, muitas vezes, não estão preparados para trabalhar com a educação sexual.

De acordo com Rodrigues (2017), a falta de formação sobre essa temática durante a graduação pode fazer com que os professores se sintam despreparados para trabalhar com assuntos que envolvem a sexualidade em sala de aula, o que traz desafios para os educadores. A falta de formação, as condições de trabalho precárias, os limites na formação inicial, a BNCC que não aborda o tema da sexualidade dificulta que o assunto seja abordado de forma adequada nas aulas. Segundo o autor, mesmo não tendo preparo adequado, o professor deve buscar novos conhecimentos e formação continuada para aprendizagem e desenvolvimento do educando.

De acordo com Silva (2015), alguns educadores se consideravam inseguros para trabalhar educação sexual nas escolas. Muitos professores acreditam que a sexualidade deve ser abordada somente nas disciplinas de ciência e biologia. Por outro lado, consideramos que os professores são agentes importantes neste processo de socialização de conhecimento sistematizado acerca da educação sexual, de forma que o educando possa entendê-la. Nesse sentido, a escola é um espaço importante para contribuir na formação da sexualidade do sujeito.

Sendo assim, para que isso possa acontecer, os professores devem estar capacitados para exercer esse trabalho.

A educação sexual poderia ser uma das contribuições relevantes dos educadores para a formação dos estudantes. Além disso, abordar esse tema na escola também pode ser uma oportunidade para que o educando, vítima de violência sexual possa falar sobre o que está vivenciando ou para que o professor identifique casos em que o aluno está vivendo contexto de violência sexual, por alterações de comportamento e indícios que o estudante ofereça na sala de aula. Em caso de violência sexual infantil, a escola pode solicitar que órgãos competentes entrem em ação para proteger a criança ou adolescente que esteja com os seus direitos violados.

O impacto da violência sexual infantil no desempenho escolar da vítima é muito relevante. No entanto, é um tema pouco abordado em pesquisas, conforme apresentaremos melhor no capítulo a seguir.

4. PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E OS IMPACTOS NA VIDA ESCOLAR DE CRIANÇAS VÍTIMAS

Para entender como as publicações acadêmicas abordam os impactos na vida escolar e aprendizagem de crianças vítimas de violência sexual, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na base de dados virtual SCIELO e *Google Acadêmico*, realizada em fevereiro de 2020, com palavras-chaves: “Infância e sexualidade”, “violência sexual infantil”, “abuso sexual” e “violência sexual infantil”. Os resultados da busca foram 972 artigos. Após a primeira seleção de trabalhos, foram eliminados 486 estudos que não estavam escritos em língua portuguesa.

Em um segundo momento, realizamos a leituras dos resumos do material selecionado e excluimos 380 artigos que não tratavam do tema da pesquisa. Então, lemos os 106 artigos restantes por completo, a fim de conhecer as pesquisas realizadas. Após esse estudo mais detalhado, foram excluídos 73 artigos que tratavam da violência, mas não tinham relação com o tema abordado nessa pesquisa. Assim, foram escolhidas 33 publicações, que abordavam a temática da sexualidade, educação sexual, violências sexuais e impactos na aprendizagem em decorrência dessa violação de direito.

Desse material, 31 eram artigos acadêmicos e duas, dissertações de mestrado. A partir do levantamento de informações dos resumos, procuramos organizar os artigos de acordo com o ano de publicação, quais eram as instituições dos autores, bem como buscar categorias que pudessem classificar temas comuns às pesquisas, além de identificar as orientações teóricas e procedimentos metodológicos adotados.

Deste modo, as primeiras publicações de artigos que foram selecionados são de 1998 e, desde então, localizamos publicações referentes ao tema até 2020. A relação dos trabalhos publicados sobre os impactos na vida escolar de vítimas de violência sexual na infância variou durante o intervalo de tempo estudado. Desta forma, durante o período de 22 anos, foram publicados trabalhos em diferentes áreas de conhecimento. Podemos observar que, recentemente, houve um aumento no número de publicações sobre a temática, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Figura 1– Quantidade de artigos publicados sobre sexualidade, educação sexual, violência sexual no período de 1998 a 2020.

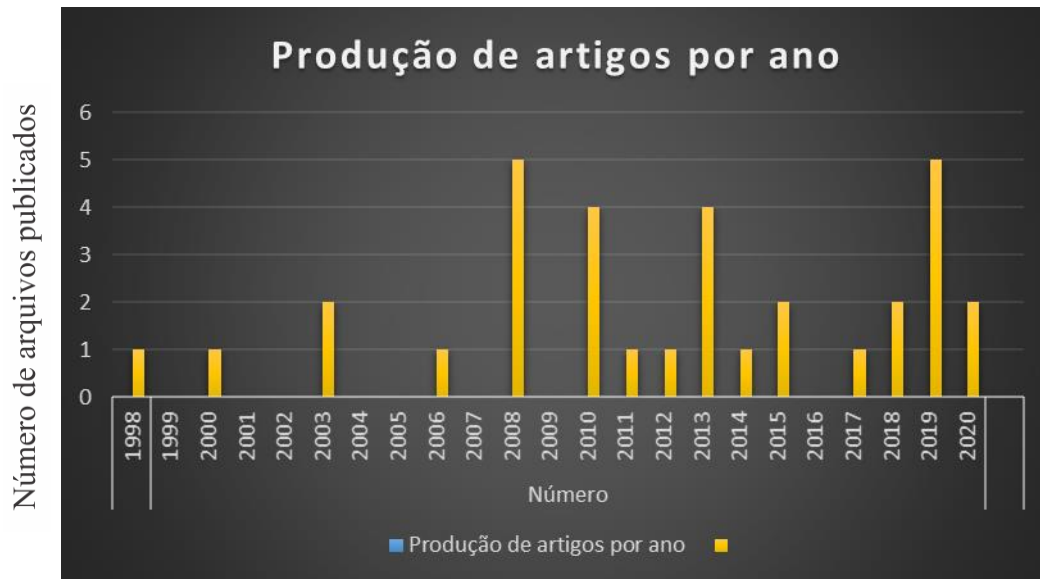


Gráfico criado pela autora da pesquisa

Podemos identificar na figura, que de 1998 a 2020 houve a publicação de 33 trabalhos sobre o tema. Deste modo, notamos que no período de 1998 a 2007, encontramos cinco publicações nessa área. Entre os anos de 2008 e 2017, selecionamos 19 trabalhos sobre a temática. Já de 2018 a 2020, em três anos, podemos observar que nove pesquisas foram publicadas acerca do tema abordado nesse estudo.

Assim, é possível observar que nos últimos anos, houve um aumento considerável no número de publicações relacionados à infância e sexualidade, violência sexual, processo de aprendizagem. Identificamos que desde 2008 houve um número significativo de publicações e, que nos últimos três anos analisados (de 2018 a 2020) foram divulgados quase metade da quantidade de trabalhos sobre o assunto (nove pesquisas), com relação aos 10 anos anteriores (19 publicações), o que indica que o tema tem se tornado mais recorrente nas pesquisas acadêmicas.

Nesse sentido, compreendemos que o tema da violência sexual contra criança e adolescente vem sendo abordado nas pesquisas acadêmicas. No entanto, observamos que nem sempre as essas informações chegam a alguns setores sociais, pois, Catarino e Almeida (2017) apontam que os professores se sentem pouco preparados para abordar esse tema nas salas de aula. De acordo com os autores, os professores precisam desta formação continuada e são necessárias políticas públicas, bem como, a produção de materiais para realizar essa capacitação. Assim, pode ser que a realização de mais pesquisas sobre essa temática ajude a estimular o debate sobre os impactos na vida escolar de vítimas de violência sexual na infância.

Com relação às áreas de conhecimento em que foram publicados trabalhos sobre esse tema, a revisão bibliográfica identificou que os artigos foram veiculados em 27 periódicos de diferentes áreas, sendo elas: Psicologia, Enfermagem, Educação, Saúde, Pediatria e Serviço Social. Os 31 artigos selecionados nessa pesquisa foram publicados em onze revistas científicas da Psicologia, sete da Educação, oito de Enfermagem, três da Saúde (abrangendo periódicos da Saúde Coletiva e Educação em Saúde), um da Pediatria e uma do Serviço Social. Além disso, selecionamos duas dissertações de mestrado, uma defendida na área da Psicologia e outra em Saúde. As sistematizações dos trabalhos selecionados pela pesquisa estão disponíveis no Quadro 1 (Apêndice A).

O objetivo inicial desse estudo era observar na literatura como os impactos da violência sexual na vida escolar de crianças vítimas estava sendo pesquisado. No entanto, embora algumas pesquisas abordem o tema como consequência das violações do direito, não encontramos publicações que fazem referência a essa questão no título do trabalho, nem nos trabalhos da área da educação.

Nos artigos identificados nos **periódicos da Educação**, seis publicações, abordam sobre a educação sexual na escola, sendo que Alencar (2008), Silva (2008), Furlanetto e colegas (2018) discutiram a importância dessa discussão na formação docente, enquanto Soares e Monteiro (2019), Monteiro (2020) e Cólis e Souza (2020) abordaram o tema a partir do viés da formação de professores sobre assuntos como infância, gênero e sexualidade. Identificamos que duas pesquisas (BRINO; WILLIAMS, 2003; BRINO; WILLIAMS, 2008) que trataram sobre a concepção dos professores acerca da violência sexual na infância e outro artigo (PATRIAN; RIOS; WILLIAMS, 2013) refletiu sobre a validade de um inventário para identificação de casos de violência sexual.

Sobre pesquisas divulgadas em revistas das **áreas de Enfermagem**, notamos que a maioria dos estudos visavam a caracterização dos casos de violência e das vítimas (BAPTISTA et al, 2009; VASCONCELOS et al, 2010; APOSTOLICO et al, 2012; KATAGUIRI et al, 2019), indicando as consequências físicas e cognitivas da violência sexual na infância, bem como teve um trabalho que abordou características das vítimas e dos agressores (MARTINS; JORGE, 2010). Souza et al, (2019) buscaram identificar fatores de risco e as consequências da violência infantil. Tretin et al (2019) relataram a visão que profissionais da saúde de serviços de atendimento à violência contra mulher tem sobre o tema. Magalhães, Gomes e Mota (2020) discutiram a prevenção e cuidados de crianças vítimas de violência intrafamiliar, por meio da história oral.

As publicações em **periódicos da Saúde** buscaram descrever a violência sexual por meio de dados epidemiológicos (FRANÇA JUNIOR, 2013; FERREIRA; CÔRTEZ; GONTIJO, 2018) e pela caracterização das vítimas (SOUTO et al, 2018). Vieira e colegas (2015) publicaram um artigo em periódico de saúde coletiva buscando descrever a concepção dos gestores de serviços públicos sobre violência sexual.

Saito e Leal (2000) publicaram um artigo sobre educação sexual em uma **revista de Pediatria**. O artigo publicado em **periódico do Serviço Social** (AZAMBUJA, 2013) abordou a importância do atendimento interdisciplinar de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Nas publicações selecionadas em **periódicos de Psicologia**, identificamos que Habigzang e colegas (2006) e Borges e Dell’Aglío (2008) estudaram fatores e indicadores de risco de violência sexual. Penso (2019) pesquisou sobre a caracterização da violência sexual contra meninos. Selecionamos uma publicação sobre as teorias sexuais na atualidade, a partir da concepção freudiana do desenvolvimento da sexualidade infantil (ZORNIG, 2008), um artigo que se refere ao desenvolvimento de vítimas de violência sexual na infância (AMAZARRAY; KOLLER, 1998) e um trabalho que tratou sobre a educação sexual na escola (MAIA; RIBEIRO, 2011). Dobke, Santos e Dell’Aglío (2010) realizaram um estudo que aborda o processo de revelação de casos e a forma como a justiça trata casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Já Santos e Dell’Aglío (2010) e Florentino (2015) realizaram pesquisas teóricas sobre as consequências da violência sexual na vida de crianças e adolescentes. Santos e Dell’Aglío (2013) também publicaram um estudo sobre a percepção de mães sobre os casos de violência sexual.

As duas dissertações de mestrado selecionadas abordam sobre a atuação e intervenção do conselho tutelar em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, uma defendida na área da Psicologia (MALAQUIAS, 2013) e a outra na área da Saúde (CAMPOS, 2014). Notamos a importância dos conselhos para a promoção dos direitos da criança e do adolescente, bem como seu papel de protegê-los em casos de violação de direitos, garantindo o que está previsto na legislação.

Percebemos que a violência sexual infantil tem sido estudada a partir da vinculação de várias áreas de conhecimentos. O estudo interdisciplinar aponta para o fato que tanto a Educação, a Psicologia, o Serviço Social, a Saúde, a Enfermagem e a Pediatria têm grandes contribuições e são fundamentais para compreender a questão dos impactos no processo de aprendizagem da violência sexual na infância.

No entanto, observamos que esse ainda é um tema pouco abordado na Educação, o que pode explicar as dificuldades enfrentadas pelos professores para lidar com esse tipo de violência, que é muito frequente em nossa sociedade. A ausência de publicações sobre as consequências pedagógicas da violência sexual infantil parece indicar que esse é um assunto pouco estudado na literatura, sendo uma lacuna acadêmica que pode ser melhor explorada.

No Quadro 2 (Apêndice B), informamos as regiões e estados das instituições que os autores das pesquisas informaram estar vinculados no período das publicações. Notamos que grande parte das publicações eram da região Sudeste, com treze produções, distribuídas nos seguintes estados: São Paulo, com sete artigos; Rio de Janeiro com quatro e Minas Gerais com dois. Em seguida, aparece a região Sul, com nove publicações, sendo sete do Rio Grande do Sul e dois de Santa Catarina. Já da região Centro-Oeste, localizamos quatro publicações sobre o tema, duas do Goiás e duas do Distrito Federal. Selecionamos quatro artigos publicados por autores de instituições da região Nordeste, uma da Paraíba e uma Pernambuco; uma da Bahia e outra do Ceará. Não encontramos nenhuma publicação que abordam o tema na região Norte.

Provavelmente, essa concentração de pesquisas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil é porque são as regiões maior número de universidades, o que resulta em um maior número de pesquisas publicadas. Porém, apontamos para a necessidade de que mais pesquisas sejam realizadas sobre esse tema, como uma forma de conhecer e combater a violência sexual infantil, que é um problema frequente em todo país.

Os artigos foram escritos por 80 autores, sendo que maior número de autores são de pessoas vinculadas a universidades públicas. Alguns autores publicaram mais de um artigo sobre a temática em revistas científicas diferentes, como Santos e Dell'aglio (2010 e 2013) e junto a Veleza Maria Dobke, as duas publicaram outro artigo (DOBKE; SANTOS; DELL'AGLIO, 2010). Dell'Aglio também é coautora de mais um trabalho (BORGES; DELL'AGLIO, 2008), mostrando uma trajetória de pesquisa sobre esse tema.

Outra pesquisadora que aparece na autoria de mais de uma publicação, em revistas da educação e da psicologia, é Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, que tem dois artigos escritos junto a Rachel de Faria Brino (BRINO; WILLIAMS, 2000; BRINO; WILLIAMS, 2008), além de outras duas publicações (PATRIAN; RIOS; WILLIAMS, 2013; PENSO; CONCEIÇÃO; COSTA; SAID, 2019). Dessa forma, a professora contribui com a discussão do tema, podendo ser uma referência no debate. O fato de ter autoras que publicaram mais de um trabalho sobre a violência sexual infantil pode apontar para a existência de linhas e projetos de pesquisa sobre o tema

A partir da pesquisa bibliográfica, percebemos a importância de os professores trabalharem e abordarem o tema da sexualidade no seu processo pedagógico, sem estereotipar, reforçar tabus e preconceitos que existem sobre a sexualidade humana. No entanto, a adoção do tema como conteúdo curricular tem gerado críticas acerca de como deve ser a abordagem da sexualidade nas escolas. Apesar da polêmica, pesquisas apontam que tratar sobre a sexualidade nos ambientes escolares não é introduzir ou incitar ato sexual, mas é uma forma de orientar sobre o próprio corpo, sobre os aspectos sociais envolvidos no comportamento sexual, além de prevenir o contágio de doenças sexualmente transmissível, a gravidez indesejada, bem como, poder ajudar no combate à violência sexual infantil.

As pesquisas sobre educação sexual apontam que abordar e debater o assunto é uma forma de promover o bem-estar dos estudantes, desenvolvendo no educando responsabilidade por suas ações (SAITO; LEAL, 2000; ALENCAR et al 2008). Nesse sentido, percebemos a necessidade de uma formação continuada, para ajudar o professor nessa tarefa (FURLANETTO et al, 2018), de forma a que o docente possa estar contextualizado com informações apropriadas para o desenvolvimento do aluno, pois é frequente que haja conceitos novos e formas diferentes de debater a temática (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Alguns trabalhos refletem sobre os cuidados para com as crianças, adolescentes e suas famílias vítimas da violência sexual, tentando compreender seus impactos no ambiente escolar e nos serviços de assistência social, a fim de assegurar a promoção dos direitos infantil (MAGALHÃES et al, 2020). Além disso, discutem a prevenção e cuidados de crianças vítimas de violência intrafamiliar (VIEIRA et al, 2015), bem como descrevem as consequências físicas e cognitivas (APOSTÓLICO et al, 2012) desse tipo de agressão.

A importância desse tipo de pesquisa é porque um dos tipos de violência mais comum nos municípios brasileiros acontecem no ambiente doméstico e nas relações intrafamiliares, sendo que em 71,5% dos casos tem o envolvimento de crianças (FERREIRA et al, 2018). Os casos de violência tendem a ser mais frequentes em famílias em maior condição de vulnerabilidade (SOUTO et al, 2017).

Encontramos algumas pesquisas (KATAGUIRI; et al, 2019; VASCONCELOS et al 2010) que abordam a violência sexual, buscando fazer a caracterização deste tipo de violência, reforçando que as vítimas mais frequentes são mulheres e crianças. Tais publicações são importantes por refletirem sobre os programas de apoio, que podem receber crianças, adolescentes e mulheres, vítimas de violência sexual.

Encontramos estudos que discutem os fatores de risco que expõem crianças e adolescente à violência sexual no Sudeste do Brasil (SOUSA et al, 2019; HABIGZANG et al,

2006). Nesse sentido, é importante garantir uma ação interdisciplinar, com várias áreas de conhecimentos, em casos de violação de direitos de crianças e adolescentes, o que pode amenizar o trauma sofrido pelas vítimas (TRENTIN et al, 2019; AZAMBUJA, 2013). O atendimento das famílias que sofreram violência deve ser feito com respeito e dignidade.

Encontramos muitas pesquisas que abordaram o abuso sexual, abordando as suas consequências na vida da criança e do adolescente (BRINO; WILLIAMS 2003; BORGES; DELL'AGLIO, 2008; FLORENTINO 2015), os impactos que essa violência pode desenvolver na vida das vítimas e de suas famílias (PENSO et al 2019; AMAZARRAY; KOLLER, 1999).

Além disso, Brino e Williams destacam as formas de prevenção que os profissionais da educação podem desenvolver no ambiente escolar com vítimas de violência sexual. Dobke, Santos e Dell'Aglío (2010); França Junior (2003) e Martins e Jorge (2010) abordam sobre os direitos das crianças e dos adolescentes e como protegê-los em casos de abusos intrafamiliares. Essas publicações reforçam a constatação de que abuso sexual com crianças e adolescente é um grande problema para sociedade.

Destacamos a importância dos conselhos tutelares no combate a essas violências e na promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, buscando seguir a legislação (MALAQUIAS, 2013; CAMPOS, 2014).

Portanto, o número de produções acadêmicas que envolvem o tema da violência sexual na infância vem crescendo nos últimos anos. No entanto, notamos que os casos de violação de direitos das crianças e dos adolescentes não tem diminuído.

Percebemos que esse não é um tema muito pesquisado na área da educação, pois localizamos poucas publicações sobre o tema em revistas desse campo do saber. Chamou-nos atenção, também, não termos encontrado nenhum estudo que aborda os aspectos relacionados à aprendizagem de crianças vítimas de violência sexual.

Esse tipo de violência é muito frequente na nossa sociedade. Seria importante que pesquisas sobre os aspectos pedagógicos fossem realizadas para ajudar os professores a lidar com essa questão nas salas de aula. Por isso, a ausência de conhecimento publicado sobre esse tema é preocupante, já que esse parece ser um problema muito importante. Assim, entendemos que ele deveria ser mais abordado dentro das instituições acadêmicas para entendermos e compreendemos essas questões, de modo a contribuir na vida das vítimas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar como a sexualidade infantil e a violência sexual tem relação com o processo de aprendizagem é muito relevante para a sociedade, pois são assuntos necessários, que deveriam ser tratados com um cuidado maior na área educacional. A escola tem um papel importante de prevenção à violência, além de acolher crianças vítimas. Assim, uma abordagem mais fundamentada dos educadores pode contribuir para promover o desenvolvimento emocional, físico e psicológico de vítimas de violência.

É de suma importância trabalhar e abordar a educação sexual nas escolas brasileiras, o que pode contribuir com o estudante para o conhecimento sobre o funcionamento do corpo, bem como sobre os aspectos sociais e culturais que envolvem a sexualidade humana, contemplando diferentes concepções que existem na sociedade. Assim, a escola pode construir uma aprendizagem que vai além do biológico, com base em conhecimento científico, social, cultural e ético sobre a sexualidade.

No que se refere à educação, os PCN nos mostram a importância de trabalhar a educação sexual na escola. No entanto, não encontramos muitas referências que possam auxiliar o professor no trabalho pedagógico com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Localizamos publicações que apontam para o fato de que as consequências da violência sexual infantil podem se estender por toda a vida da vítima. Assim, avaliamos que todos os serviços e instituições (escola, serviços de saúde, assistência social etc.) que lidam com vítimas deveriam tomar medidas para que esses impactos sejam os menores possíveis.

Já a BNCC (BRASIL, 2018), documento que propõe o ensino de qualidade para as escolas públicas e privadas a partir de uma organização curricular única, orienta que o tema sexualidade só deve ser trabalhado a partir do 8º ano do ensino fundamental, com abordagem biológica sobre o tema. Notamos que essa orientação é contraditória com outros documentos oficiais, que defendem que a discussão sobre sexualidade, orientação sexual e direitos humanos sejam feitas no ambiente escolar,

A pesquisa bibliográfica indicou que os temas da sexualidade infantil e da violência sexual contra crianças e adolescentes têm sido abordados em pesquisas acadêmicas. Desta forma, ao analisar essas publicações percebemos a importância de o professor trabalhar temas da sexualidade sem os tabus e preconceitos, que existem na sociedade, apesar que esse tema tem gerado críticas atualmente. A educação sexual na escola não serve para incentivar o aluno

a iniciar a prática sexual, mas para orientá-lo, conhecer o próprio corpo, respeitar o próximo. O acesso a informações contribui para prevenir doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, bem como, ajuda no combate a violência infantil.

Percebemos que nos últimos anos houve um aumento considerável de publicações sobre os temas da sexualidade e violência sexual infantil. Mesmo sendo um tema trabalhado em várias áreas de conhecimento científico, a discussão sobre os impactos do abuso na aprendizagem das crianças vítimas ainda é pouco estudada. Além disso, algumas pesquisas apontam para a necessidade de que haja políticas públicas para garantir ao professor formação continuada, possibilitando ao profissional apropriar-se de novos conhecimentos para desenvolver o conhecimento em seus educandos.

Entendemos que é importante que o docente esteja sensível à realidade dos estudantes. Quanto mais o professor se aproximar do aluno que sofreu violência sexual, mais tranquilidade o estudante terá com professor, mais satisfação pessoal terá em ampliar os seus conhecimentos. Portanto, é importante que o professor compartilhe com seus alunos relações afetivas em sala de aula, isso refletirá no rendimento escolar de seus alunos.

6. REFERÊNCIAS

- ADED, Neura Liane de Oliveira.*et al.* Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Rev. Psiq. Clín.**, 33 (4); 204-213, 2006. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832006000400006 > Acesso em: 25 de fev. 2020.
- ALENCAR, Rúbia de Aguiar.*et al.* Desenvolvimento De Uma Proposta De Educação Sexual Para Adolescentes. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 1, p. 159-168, 2008. Disponível < <https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v14n1/11.pdf> > Acesso em: 25 de agos. 2020
- AMAZARRAY, Mayte Raya. KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 11, núm. 3, 1998. ISSN 0102-7972. Disponível < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18811314>>. Acesso em: 25 de fev. 2020
- APOSTÓLICO, Maíra Rosa. *et al.* Características da violência contra a criança em uma capital brasileira. **Rev. Latino-Am. Enfermagem Artigo Original** 20(2): [08 telas] mar. -abr. 2012 Disponível < https://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n2/pt_08 > Acesso em: 25 de mar. 2020
- AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. A interdisciplinaridade na violência sexual. **Serviço Social & Sociedade** no.115 São Paulo, n. 115, p. 487-507, jul. /set. 2013. Disponível < <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n115/05.pdf> > Acesso em: 08 de mai. 2020
- BAPTISTA, Rosilene Santos.*et al.* Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. **Acta Paul Enferm** 2008;21(4):602-8. Disponível < <https://www.scielo.br/j/ape/a/fxHWwzDNjcFcmPqJtGCBg7w/?lang=pt&format=pdf> > Acesso em: 04 de mai. 2020
- BARBOSA, Débora Silva. CORREA, João Jorge. A Sexualidade Infantil na Perspectiva da Psicanálise. **Pleiade**, 13(28): 69-78, Jan./Jun., 2019 DOI: 10.32915/pleiade.v13i28.547: <https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/547/659> Acesso em: 10 de out. 2020
- BELARMINO, Cleber Rodrigues. **Escola e Conselho tutelar: Parceria no Combate a Violência sexual infantil**. Monografia (graduação) Fundação Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Tocantinópolis - TO, 2011.
- BORGES, Jeane Lessinger, DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Abuso sexual infantil: indicadores de risco e consequências no desenvolvimento de crianças. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** - 2008, Vol. 42, Num. 3 pp. 528-536. Disponível < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300013 >. Acesso em: 11 de dez. 2020
- BRASIL/MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**, Brasília: MEC/SEF 1997^a
- BRASIL. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas** / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p. Disponível < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>> Acesso em: 03 de mar. 2020

BRASIL. **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal**/ Laurez Ferreira Vilela (coordenadora) – Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008. 68 páginas. 2ª edição 2009 Disponível <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_atendimento_vitimas_violencia_saude_publica_DF.pdf> Acesso em: 08 de mai. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violencias.pdf> Acesso em: 10 de mar. 2021

BRASIL/MEC /Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. vol. 4. Brasília: MEC/SEMP, 2000-

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto** BRASIL/MEC. Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação o Nacional – LDB. Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível <Http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/bncc_ei_ef_110518-versaofinal_site.pdf> acesso: Acesso em: 28 de mai. 2021

BRASIL. Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – **Brasília: Ministério dos Direitos Humanos**, 2018, 494 p. Disponível <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>> Acesso em: 16 de jul. 2021

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF, 16 jul. 1990; 169 da Independência e 102 da República.

BRINO, Rachel de Faria. WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cad. Pesqui.* 2003, n.119, pp.113-128. ISSN 1980-5314. Disponível <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000200006>>. Acesso em: 08 de dez. 2019

BRINO, Rachel de Faria. WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. 33(2): **Educação & Realidade** 209-230 jul/dez 2008 Disponível <<file:///C:/Users/cassi/Downloads/7073-21879-1-PB.pdf>> Acesso em: 05 de fer. 2020

CARVALHO, Rochelle, Ferreira. **Sexualidade Infantil: Questões a Discutir**. Monografia (graduação) – Fundação Universidade Federal do Tocantins, Curso de Pedagogia, Tocantinópolis -TO, 2007.Tocantinópolis, TO, 2007.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli. RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade (s) e Infância (s): A sexualidade com temas transversal** 1ªed. Campinas SP: Editora Moderna. 1999.

- CAMPOS, Daniel de Souza. **Análise da atuação do conselho tutela diante das notificações de abuso e exploração sexual**. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/10962/2/daniel_campos_iff_mest_2014.pdf Acesso em: 08 de ago. 2020
- CÓLIS, Eduardo Benedito SOUZA, Leonardo Lemos de. Infâncias, Gênero e Sexualidades: Uma Investigação Intervenção com Professores de Educação Infantil. **Revista Latino americana de Educación Inclusiva**, 2020, 14(1), 53-68. Disponível <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/rlei/v14n1/0718-7378-rlei-14-01-53.pdf>> Acesso em: 08 de mai. 2020
- DOBKE, Velda Maria. SANTOS, Samara Silva dos. DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Abuso sexual intrafamiliar no sistema de justiça. **Temas em Psicologia** - 2010, Vol. 18, no 1, 167 – 176 ISSN 1413-389X Disponível < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a14.pdf> > Acesso em: 26 de jun. 2020
- FERREIRA, Cleiciara Lúcia Silva; CÔRTEZ, Maria Conceição J. Werneck; GONTIJO, Eliane Dias. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. DOI: 10.1590/1413-812320182411.04352018: **Ciência & Saúde Coletiva**, 24(11):3997-4008, 2018 Disponível < <https://www.scielo.br/pdf/csc/v24n11/1413-8123-csc-24-11-3997.pdf> >. Acesso em 20\03\2020 Acesso em: 11 de mai. 2019
- FLORENTINO, Bruno Ricardo Bergamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. doi: Disponível <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>> Acesso em: 08 de set. 2019
- FRANÇA JUNIOR, Ivan. Abuso sexual na infância: compreensão a partir da Epidemiologia e dos Direitos Humanos. **Interface (Botucatu)** 2003, vol.7, n.12, pp.23-38. ISSN 1807-5762. Disponível <https://doi.org/10.1590/S1414-32832003000100003>. Acesso em 12\11\2020 Acesso em: 07 de nov. 2019
- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: Obras completas de Sigmund Freud Vol. VII. Tradução Vera Ribeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- FURLANETTO, Milene Fontana. *et al.* Educação Sexual Em Escolas Brasileiras: Revisão Sistemática Da Literatura. **Cadernos De Pesquisa** v.48 n.168 p.550-571 abr./jun. 2018 Disponível < <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-550.pdf> > Acesso em: 10 de dez. 2020
- HABIGZANG, Luísa Farias; AZEVEDO, Gabriela Azen; KOLLER, Sílvia Helena; MACHADO, Paula Xavier. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicol. Reflex. Crit.** vol.19 no.3 Porto Alegre 2006 Disponível <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300006>> Acesso em: 08 de jul. 2020
- INOUE, Silvia Regina Viodres. RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia** I Campinas I 25(1) I 11-21 I janeiro - março 2008 Disponível <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n1/a02v25n1.pdf> Acesso em: 20 de abr. 2020
- KATAGUIRI, Lidieine Gonçalves. *et al.* Caracterização Da Violência Sexual Em Um Estado Da Região Sudeste Do Brasil. **Texto contexto - enferm.** 28. 2019 Disponível <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0183>> Acesso em: 18 de dez. 2020
- MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação Sexual: Princípios Para Ação. **Doxa**, v.15, n.1, p.75-84, 2011 Disponível < https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIIOS_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n >

1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIPIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf > Acesso em: 28 de nov. 2019

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de. *et al.* Repercussões da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. **Rev Bras Enferm.** 2020;73(1):e 20180228 Disponível https://www.scielo.br/pdf/reben/v73n1/pt_0034-7167-reben-73-01-e20180228.pdf Acesso em: 08 de jan. 2020

MALAQUIAS, Jéssica Vaz. **Conselho tutelar e abuso sexual: intervenções de rede em contexto psicossocial.** 2013. xi, 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13952/1/2013_JessicaVazMalaquias.pdf Acesso em: 18 de jul. 2020

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy. JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso Sexual Na Infância E Adolescência: Perfil Das Vítimas E Agressores Em Município Do Sul Do Bras. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2010 Abr-Jun; 19(2): 246-55 Disponível < <https://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf> > Acesso em: 08 de jan. 2020

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino, Barreiras (BA), Brasilv.** 1, e202011, p. 1-24, 2020. Disponível <<https://doi.org/10.37853/pqe.e202011>> Acesso em: 08 de abr. 2020

NEDEFF, Cristiano Carvalho. Contribuições da sexologia sobre a sexualidade infantil nos dois primeiros anos de vida: uma revisão bibliográfica. **Psicologia: Teoria e Prática**, 3(2): 83-91, 2001. Disponível < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=353488&indexSearch=ID> >. Acesso em: 20 de jan. 2020

PATRIAN, Ana Carolina de Almeida. RIOS, Karyne de Souza Augusto. WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Validade de Critério do Inventário de Potencial para Abuso Infantil (CAP). **Paidéia** (Ribeirão Preto) 23 (54). Abril 2013. Disponível. < <https://www.scielo.br/j/paideia/a/zWxbz6f454mjPCKVkjzLDN/?lang=pt&format=html> > Acesso em: 01 de set. 2020

PENSO, Maria Aparecida. *et al.* Abuso Sexual de Meninos: Características da Configuração Familiar e do Ofensor. **Psic.: Teor. e Pesq., Brasília**, 2019, v. 35, e35428 Disponível <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35428> Acesso em: 05 de dez. 2020

RODRIGUES, Suellen Silva. **Concepções de profissionais da educação e saúde em sexualidade: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual em Abaetetuba-Pa.** (Dissertação de mestrado, apresentando ao programa de pós-graduação em educação sexual da faculdade de ciências e letras) - Unesp/Araraquara, 2017. Disponível. <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151756> > Acesso em: 09 de set. 2020

SANTOS, Samara Silva dos. DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade** vol.22 no.2. Agosto 2010 Disponível < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/q39qMLgvCyXGjKYkVmjyTDh/abstract/?lang=pt> >. Acesso em: 27 de mai. 2021

SANTOS, Samara Silva dos. DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães. **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 15, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 50-64 Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo, Brasil. Disponível <<https://www.redalyc.org/pdf/1938/193826310015.pdf>> Acesso em: 08 de jan. 2020

SAITO Maria Ignez. LEAL, Marta Miranda. Educação sexual na escola. **Pediatria** (São Paulo) 2000, 22(1) : 44-48 Disponível < https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39242838/Educacao_sexual_na_escola.pdf?1445046701=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEducacao_sexual_na_escola.pdf&Expires=1619029719&Signature=NTkqadFYEqoexf-gl-K0fkg0hbvyM3SpXTwa9AWqbBlpWtMh8WeUgZcWh37dqLiJ-C5dWTtwptfLeY1Du25Dafv28HzHDyEppkbzXj8x1D43olyT2~Hr1df4TFJ55DvlhXSGibI8b65PB0Zyd1ef7oiT1fkTHQZvZarxZFuVnELI7sJH530aC3vSgVdev7EhL60CN8~mfaX8xPCj1-E6514PRE3RXp44yG7oIG8cuCd0nsLAyw2cG89DQvsYvs8IwIIhN3hCLZ0QCD8kfYQLbvU-uXuqmP7zYmEpeR0CyL3r3YDPOa6RtmWUpso5YTgBI-17GTSks2ucqV3A8WDQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA > Acesso em: 07 de mai. 2021

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** – 23. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2007

SOARES, Zilene Pereira. MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafio. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan. /fev. 2019 Disponível <https://www.scielo.br/pdf/er/v35n73/0104-4060-er-35-73-287.pdf> Acesso em: 04 de ago. 2021

SOUZA, Valesca Patriota de Souza. *et al.* Fatores de risco associados à exposição de adolescentes à violência sexual. **Av Enferm.** 2019;37(3): 364-374. Disponível <https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/77050/72291> Acesso em: 06 de mai. 2020

SOUTO, Rayone Moreira Costa Veloso. *et al.* Estupro e gravidez de meninas de até 13 anos no Brasil: características e implicações na saúde gestacional, parto e nascimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(9):2909-2918, 2017 Disponível < <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n9/2909-2918/pt/> > Acesso em: 10 de nov. 2020

SOUSA, Júnior César de. **Considerações Acerca Da Percepção Freudiana Da Sexualidade Infantil: Do Nascimento À Fase Da Fálica:** 19 de março de 2013. Disponível <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32061519/Consideracoes_acerca_da_percepcao_freudiana_da_sexualidade_infantil-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1627444400&Signature=FCrowDnHZu39iK6FFaPpYDD9-uRxYpYQZsy8wSr2~QukajNWO6SDHkqU8~-Ldz-ypCjs8e-oUeego8qD~J6OFm~LykAnXwngPy1ehl0eIIUh9815ZPCzuEoPIwVT1bqMctM4NcxTZ6sJG5Gxq7xMXKcVlciTZA7gVeVNknaYTQc4FGWZgKttGss5mTAiVFhWafvGtfSSbQx3-G52dYsO3KxhfKcvJKUNb5ZVYp2DouR0joyBpf5ODyXZJrKrTojOHqMrDOGzkefQHCrSoOHlpjvucH2gWSPbbHaDaVEYczvyxhgPXa5VT2-ZCalsb-2m2ZK7CRRmXpLbZQW2LEp7A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA> Acesso em: 01 de abr. 2021

TRENTIN, Daiana. *.et al* Olhar De Profissionais No Atendimento A Mulheres Em Situação De Violência Sexual: Perspectiva Da Declaração Universal De Bioética E Direitos Humanos. Texto **contexto - enferm.** vol.28 Florianópolis 2019 Epub Dec 02, 2019 Disponível https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072019000100390&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 07 de jul. 2021

TOCANTINS, Governo Do Estado Do. **Plano Estadual De Atendimento Socioeducativo.** Palmas /TO 2016. Disponível < <https://central3.to.gov.br/arquivo/425040/> > Acesso em: 08 de fer. 2021

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. *et al.* Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência. **Artigo Original.** DOI: 10.1590/1414-462X201500030118 Disponível < <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v23n3/1414-462X-cadsc-23-3-231.pdf> > Acesso em: 11 de set. 2020

VASCONCELOS, Linhares Kelly.*et al.* Características Da Violência Sexual Sofrida Por Crianças Assistidas Por Um Programa De Apoio Revista **Da Rede De Enfermagem Do Nordeste**, Vol. 11, Núm. 1, Enero-Marzo, 2010, Pp. 38-47 Universidade Federal Do Ceará Fortaleza, Brasil Disponível < <https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027969020.pdf> > Acesso em: 10 de out. 2020

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. As Teorias Sexuais Infantis Na Atualidade: Algumas Reflexões. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 13, n. 1, p. 73-77, jan. /mar. 2008. Disponível < <https://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a08.pdf> > Acesso em: 05 de mar. 2020

APÊNDICE A

Quadro 1: Análise das informações dos artigos estudados, tendo em vista ano de publicação, autores, revista, título do texto e metodologia dos trabalhos selecionados na pesquisa bibliográfica.

Ano	Autor(es)	Revista/ Periódico	Título do artigo	Metodologia
1998	Mayte Raya Amazarray, Silvia Helena Koller.	Psicologia: Reflexão e Crítica vol.11 n.3	Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual	Essa revisão da literatura aponta para algumas consequências do abuso sexual infantil, com o objetivo de entender o seu impacto no desenvolvimento da criança
2000	Maria Ignez Saito, Marta Miranda Leal	Pediatria	Educação sexual na escola	Sem no resumo
2003	Ivan França Junior	Interface - Comunicação, Saúde, Educação v.7, n.12, p.23-38.	Abuso sexual na infância: compreensão a partir da Epidemiologia e dos Direitos Humanos	Este artigo examina as possibilidades e limites das abordagens epidemiológica e de direitos humanos da questão do abuso sexual na infância (ASI).
2003	Rachel De Faria Brino, Lúcia Cavalcanti De Albuquerque Williams	Cadernos de Pesquisa, n. 119.	Concepções Da Professora Acerca Do Abuso Sexual Infantil	Participantes. Previu-se inicialmente que 48 professoras participariam do estudo (sendo duas de cada Emei do município). Depois de feito o convite, apenas 20 professoras aceitaram participar
2006	Luísa F. Habigzang; Gabriela Azen Azevedo, Sílvia Helena Koller, Paula Xavier Machado	Psicologia: Reflexão E Crítica vol.19 no.3	Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual	Foi realizada uma análise de documentos a partir de todos os processos de casos denunciados de violência sexual ajuizados pelas Promotorias Especializadas na Infância e na Juventude de Porto Alegre
2008	Rúbia de Aguiar Alencar, Lucia Silva, Fábio Arlindo Silva, Renato Eugênio da Silva Diniz	Ciência & Educação (Bauru)	Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes	O estudo foi baseado no modelo pedagógico que se fundamenta na educação conscientizada a/ problematizada a, sustentada pela metodologia participativa e dialógica, que favorece uma relação crítica e transformadora

		vol.14 no.1		
2008	Silvia Maria Abu-Jamra Zornig	Psicologia em estudo. vol.13 no.1	As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões	Teórico
2008	Rachel de Faria Brino, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams	Educação & Realidade vol. 33, núm. 2	Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil	O programa foi elaborado a partir de outras experiências avaliadas e descritas na literatura, e foi desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município. Os professores participaram de 12 encontros semanais ao longo de três meses e desenvolveram atividades práticas com as crianças e os familiares acerca da prevenção do abuso sexual infantil. Os dados da avaliação apontaram um impacto positivo na escola e na comunidade.
2008	Jeane Lessinger Borges; Débora Dalbosco Dell'Aglio	Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology - v.42 n.3	Abuso sexual infantil: indicadores de risco e consequências no desenvolvimento de crianças	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e foi aplicada a versão brasileira da Schedule for Affective Disorders and Schizophrenia for School Aged-Children (K-SADS)
2008	Rosilene Santos Baptista, Inácia Sátiro Xavier de França, Carlione Moneta Pontes da Costa, Virgínia Rossana de Sousa Brito	Acta Paulo Enfermagem	Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela	Estudo descritivo-exploratório. Coletaram-se dados nos prontuários de 60 crianças e adolescentes. Os dados foram tratados estatisticamente.

2010	Kelly Linhares Vasconcelos, Adriana Gomes Nogueira Ferreira, Eliany Nazaré Oliveira Danielle D'ávila Siqueira, Patrícia Neyva Da Costa Pinheiro	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste	Características Da Violência Sexual Sofrida Por Crianças Assistidas Por Um Programa De Apoio	A amostra não probabilística intencional foi composta por 50 vítimas de abuso sexual e, destas, 66% são do sexo feminino, com predominância da faixa etária entre 8 e 12 anos Incompletos, (58%); em 36% dos casos os pais são separados, e a mãe é a principal responsável pela família (62%). A maioria dos agressores é do sexo masculino (78%). No ambiente extrafamiliar estes são conhecidos ou amigos da família (14%); no ambiente intrafamiliar o padrasto está identifica cedo como o agressor mais frequente.
2010	Veleda Maria Dobke, Samara Silva dos Santos, Débora Dalbosco Dell'Aglio	Temas em Psicologia Vol. 18, no 1, 167 – 176	Abuso sexual intrafamiliar: da notificação ao depoimento no contexto processual-penal	realizado um estudo de caso, observando como uma adolescente vítima de abuso sexual intrafamiliar e sua mãe perceberam o caminho percorrido no contexto processual-penal
2010	Christine Baccarat de Godoy Martins, Maria Helena Prado de Mello Jorge	Texto contexto – enfermagem vol.19 no.2	Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil	Os dados foram coletados por meio de formulário e posteriormente analisados por frequência (absoluta e relativa) e proporção.
2010	Samara Silva dos Santos; Débora Dalbosco Dell'Aglio	Psicologia & Sociedade vol.22 no.2	Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil	Reflexão teórica
2011	Ana Cláudia Bortolozz Maia, Paulo Rennes Marçal Ribeiro.	Doxa, v.15, n.1, p.75-84,	Educação Sexual: Princípios Para Ação	Teórico
2012	Maíra Rosa Apostólico, Caroline Rife Nóbrega, Rebeca Nunes Guedes, Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca,	Rev. Latino-Am. Enfermagem	Características da violência contra a criança em uma capital brasileira	Foram analisados relatórios de 2004 a 2008 das notificações obrigatórias dos casos de violência.

	Emiko Yoshikawa Egry			
2013	Maria Regina Fay de Azambuja	Serviço Social & Sociedade no. 115	A interdisciplinaridade na violência sexual	Aponta a ação interdisciplinar como indispensável ao trabalho envolvendo violência sexual praticada contra a criança, dando ênfase à perícia realizada por profissionais de diversas áreas (Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Pediatra) como instrumento capaz de produzir a prova e de garantir a dignidade e o respeito à vítima.
2013	Ana Carolina de Almeida Patrian, Karyne de Souza Augusto Rios, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams	Paidéia	Validade de Critério do Inventário de Potencial para Abuso Infantil (CAP)	Sem no resumo
2013	Samara Silva dos Santos, Débora Dalbosco Dell’Aglío	Revista Psicologia: Teoria e Prática,	O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães	Participaram 27 mães de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de abuso sexual intra ou extrafamiliar, com idade entre 20 e 48 anos, que estavam recebendo atendimento psicológico em serviços da rede de proteção. Foram realizadas entrevistas individuais, e as análises dos dados indicaram que a revelação do abuso ocorreu como um processo que envolveu três momentos: antecedentes da revelação, revelação propriamente dita e repercussões da revelação no contexto familiar.
2015	Bruno Ricardo Bérgamo Florentino	Fractal: Revista de Psicologia vol.27 no.2	As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes	realizar uma sistematização das principais contribuições teóricas pertinentes sobre o assunto e contribuir para divulgar o conhecimento já elaborado sobre as possíveis consequências de um abuso sexual na vida de uma criança ou adolescente.
2015	Luiza Jane Eyre	Ciência &	Relatos de gestores da	Com abordagem qualitativa e

	de Souza Vieira, Antonia Karoline Araújo Oliveira, Deborah Pedrosa Moreira, Aline de Souza Pereira, Ana Maria Fontenelle Catrib, Samira Valentim Gama Lira	Saúde Coletiva	Assistência Social, Educação e Segurança pública sobre o enfrentamento da violência	indagações sobre políticas e ações concretizadas na prevenção e no enfrentamento do fenômeno, participaram 25 gestores da Educação, Assistência Social e Segurança Pública de 13 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará, em 2010/2011.
2017	Rayone Moreira Costa Veloso Souto, Denise Lopes Porto, Isabella Vital Pinto, Carlos Cezar Flores Vidotti, Laura Augusta Barufaldi, Mariana Gonçalves de Freitas, Marta Maria Alves da Silva, Cheila Marina de Lima	Ciência & Saúde Coletiva, 22(9):2909- 2918, 2017	Estupro e gravidez de meninas de até 13 anos no Brasil: características e implicações na saúde gestacional, parto e nascimento	Trata-se de estudo comparativo das características da gestação e parto de meninas de até 13 anos que tiveram filhos, sem e com notificação de estupro no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (VIVA/SINAN).
2018	Cleiciara Lúcia Silva Ferreira, Maria Conceição J. Werneck Côrtes, Eliane Dias Gontijo	Ciência & Saúde Coletiva, 24(11):3997- 4008, 2018	Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis	Estudo de coorte retrospectiva buscou caracterizar o perfil das crianças vítimas de violência doméstica e de seus agressores e avaliar a eficácia das intervenções judiciais.
2018	Milene Fontana Furlanettoi, Franciele Lauermannii, Cristofer Batista Da Costaiiii, Angela Helena Mariniv	Cadernos De Pesquisa Vol.48 No.168	Educação Sexual Em Escolas Brasileiras: Revisão Sistemática Da Literatura	Reflexão Teórico
2019	Zilene Pereira Soares, Simone Souza Monteiro	Educar Em Revista, vol.35 no.73	Formação De Professores/As Em Gênero E Sexualidade: Possibilidades E Desafios	A abordagem das temáticas gênero e sexualidade na prática pedagógica de 12 professores/as de Ciências do Ensino Fundamental no Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi

				orientada por uma abordagem qualitativa, e a partir de entrevistas semiestruturadas constatou-se que o curso contribuiu para ampliar a visão dos/as docentes acerca da construção sociocultural das identidades sexuais e de gênero, e subsidiou a implementação de atividades sobre o tema no contexto escolar.
2019	Maria Aparecida Penso, Maria Inês Gandolfo Conceição, Liana Fortunato Costa, Amanda Pinheiro Said, Lúcia Cavalcanti De Albuquerque Williams	Psicologia: Teoria E Pesquisa 2019, v.35, e35428	Abuso Sexual De Meninos: Características Da Configuração Familiar E Do Ofensor	Trata-Se De Pesquisa Documental Realizada Em Um Serviço De Saúde No Distrito Federal, Brasil, em 35 Prontuários Inscritos Nesta Instituição Ao Longo De 13 Anos. A Análise Dos Dados Quantitativos Utilizou Estatísticas Descritivas
2019	Valesca Patriota De Souza, Tarcila Lima De Alcântara Gusmão, Waldemar Brandão Neto, Tatiane Gomes Guedes, Estela Maria Leite Meirelles Monteiro	Av. Enfermagem., v37n3.77050	Fatores De Risco Associados À Exposição De Adolescentes À Violência Sexual	Revisão integrativa da literatura, realizada em quatro bases de dados e duas bibliotecas virtuais, sem limites do ano de publicação, utilizando-se os descritores: “delitos sexuais”, “adolescentes” e “fatores de risco”.
2019	Lidieine Gonçalves Kataguirí, Lúcia Marina Scatena, Leiner Resende Rodrigues, Sybelle De Souza Castro	Texto & Contexto Enfermagem vol.28	Caracterização Da Violência Sexual Em Um Estado Da Região Sudeste Do Brasil	Sistema de informação de agravos de notificação obtido na secretaria do estado de saúde de minas gerais referente a 2016. Para análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva, teste Qui-quadrado e análise fatorial de correspondência múltipla
2019	Daiane Trentin, Mara Ambrosina De Oliveira Vargas, Laura Cavalcanti	Texto & Contexto Enfermagem	Olhar De Profissionais No Atendimento A Mulheres Em Situação De Violência Sexual: Perspectiva Da Declaração Universal De	Estudo Qualitativo, De Abordagem Exploratória E Descritiva, Realizado Em Um Município Na Região Centro-Norte Do Estado Do Rio Grande Do Sul, com 30

	De Farias Brehmer, Caroline Porcelis Vargas, Dulcinéia Ghizoni Schneider, Sandra Maria Cezar Leal	vol.28	Bioética E Direitos Humanos	Profissionais Da Equipe Multiprofissional Dos Serviços Intersectoriais De Atendimento A Mulheres Em Situação De Violência Sexual. Coleta De Dados Realizada Por Meio Da Entrevista Semiestruturadas De Janeiro A Abril De 2016. Os Resultados Foram Submetidos A Análise De Conteúdo Temática
2020	Eduardo Benedito Cólis, Leonardo Lemos De Souza	Revista Latino Americana De Educación Inclusiva,	Infâncias, Gênero E Sexualidades: Uma Investigação Intervenção Com Professores De Educação Infantil	Realizaram-Se Oficinas E Entrevistas Para Coletar Dados.
2020	Júlia Renata Fernandes de Magalhães, Nadirlene Pereira Gomes, Rosana Santos Mota	Revista Brasileira de Enfermagem	Repercussões da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes	Pesquisa qualitativa, fundamentada no método da História Oral, realizada a partir de entrevistas com adolescentes matriculadas(os) em uma escola pública de Salvador, Bahia, Brasil.

Dissertações de mestrado selecionadas na pesquisa bibliográfica, disponíveis nas bases de dados buscadas.

Ano	Autor(es)	Dissertações De Mestrado	Título do artigo	Metodologia
2013	Jéssica Vaz Malaquias	Mestre em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília	Conselho Tutelar e Abuso Sexual: Intervenções de Rede em Contexto Psicossocial	Estudo De Caso
2014	Daniel De Souza Campos	Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, RJ, 2014.	Análise Da Atuação Do Conselho Tutelar Diante Das Notificações De Abuso E Exploração Sexual	Análise Documental.

APÊNDICE B

Quadro 2: Relação de localidades (região e estado) que as instituições em que os autores dos artigos analisados citaram estar vinculados no período da publicação.

Região	estado	Instituição	Carter
Sudeste (13)	São Paulo (7)	Universidade de São Paulo e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto	Universidade Pública
		Centro Universitário Nove de Julho, Faculdade Marechal Rondon (UNINOVE/FMR). São Manuel, SP	Faculdade Particular
		Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP)	Universidade pública
		Faculdade de Saúde Pública USP	Universidade Pública
		Universidade Federal de São Carlos	Universidade Pública
		Universidade Estadual Paulista - UNESP	Universidade Pública
		Universidade Federal de São Carlos	Universidade Pública
		Faculdade de Saúde Pública USP	Universidade Pública
	Rio de Janeiro (4)	Universidade Católica Do Rio De Janeiro-PUC-Rio.	Universidade Pública
		Universidade Federal Rio De Janeiro	Universidade Pública
		Universidade Federal Rio De Janeiro	Universidade Pública
	Minas Gerais (2)	Universidade Federal De São João Del-Rei Minas Gerais	Universidade Pública
		Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte MG Brasil	Universidade Pública
Sul (09)	Rio Grande do Sul (7)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo (RS), Brasil	Universidade Privada
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS	Universidade Pública
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil	Universidade Pública
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Universidade Pública
		Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo (RS)	Universidade Privada
		Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Universidade Pública
		Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Universidade Pública

	Santa Catarina (2)	Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Florianópolis	Universidade Pública
		Universidade Federal De Santa Catarina	Universidade Pública
CENTRO-OESTE (04)	Goiás (2)	Universidade Federal De Goiás. Goiânia	Universidade Pública
		Universidade Federal De Goiás. Instituto De Ciências Biológicas.	Universidade Pública
	Distrito Federal (2)	Universidade Católica De Brasília - Campus Taguatinga	Universidade privada
		Universidade de Brasília	Universidade Pública
NORDESTE (04)	<u>Pernambuco (1)</u>	UFPE: Universidade Federal de Pernambuco	Universidade Publica
	<u>Paraíba (1)</u>	Universidade Estadual da Paraíba	Universidade Publica
	Bahia	Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil	Universidade Publica
	Ceará	Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil	Universidade Publica
NORTE	Não foi identificada nenhuma publicação de autores vinculados a instituições dessa região		